

MARÇAL JUSTEN FILHO

CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

14^a
edição revista,
atualizada e
reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 17.10.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- A partir da 14ª edição, esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense.
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

J97c

14. ed.

Justen Filho, Marçal, 1955-

Curso de direito administrativo / Marçal Justen Filho. – 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.
984 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-576-3

1. Direito administrativo. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título.

22-80286

CDU: 342.9(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – DEFINIÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	1
1 Definição de direito administrativo.....	1
2 A avaliação crítica da definição adotada.....	1
3 A tendência ampliativa do direito administrativo.....	2
4 A concepção de Eduardo Jordão	2
5 O comprometimento com a experiência democrática.....	3
5.1 O monopólio estatal da violência.....	3
5.2 A legitimidade do poder político	3
6 O Estado de Direito	4
7 O Estado Democrático de Direito.....	5
8 O Estado Democrático e Social de Direito	5
9 O Brasil como uma democracia republicana	6
10 Os desafios enfrentados pelo direito administrativo brasileiro.....	7
10.1 A desvinculação da realidade.....	7
10.2 O risco do fascismo	8
10.3 O risco da corrupção.....	8
10.4 O risco da insegurança jurídica.....	9
11 A afirmação do método pragmático	9
11.1 As características fundamentais do pragmatismo	9
11.2 O pragmatismo como método hermenêutico	10
11.3 A Lei 13.655/2018 e o pragmatismo hermenêutico.....	10
CAPÍTULO 2 – A FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO	11
1 O conceito jurídico de “função”	11
2 As funções do Estado	11
3 O conceito jurídico de “poder”	12
4 Os poderes (em acepção objetiva) do Estado	12
4.1 A separação de poderes estatais	12
4.2 O conteúdo da separação de poderes.....	12
4.3 A separação de poderes e as peculiaridades de cada país.....	13
5 A concepção da tripartição de poderes.....	13
5.1 A impossibilidade de separação absoluta de funções.....	13
5.2 As funções estatais anômalas em face da concepção tradicional.....	13
5.3 O controle de constitucionalidade.....	14
5.4 O controle da regularidade de atos estatais e não estatais.....	14

6	A separação de poderes no Brasil.....	14
6.1	A heterogeneidade das competências de cada Poder.....	14
6.2	A autonomia do Ministério Público e do Tribunal de Contas.....	15
6.3	A autonomia e a atuação harmônica.....	16
7	A função administrativa.....	16
7.1	A amplitude da função administrativa.....	16
7.2	A definição de função administrativa.....	17
8	A separação estrutural de poderes: o Poder Executivo.....	17
9	Os efeitos da separação de poderes sobre a função administrativa.....	18
10	Função administrativa e função de governo.....	18
11	Função administrativa e atividade administrativa.....	19
12	Os tipos de função administrativa.....	19
12.1	Função administrativa conformadora ou ordenadora.....	19
12.2	Função administrativa regulatória.....	20
12.3	Função administrativa de fomento.....	20
12.4	Função administrativa prestacional.....	20
12.5	Função administrativa de controle.....	20
13	A atividade administrativa pública não estatal.....	21
14	A federação: a pluralidade de ordens de competências estatais.....	22
14.1	A federação como delimitação da competência estatal.....	23
14.2	As peculiaridades do modelo federativo brasileiro.....	23
14.3	Interesses comuns e a discriminação da competência.....	23
14.4	Federação e atividade administrativa do Estado.....	24
14.5	Competências legislativas e administrativas.....	24
14.6	Discriminação das competências administrativas.....	25
14.7	A figura das “normas gerais”.....	26
CAPÍTULO 3 – REGIME JURÍDICO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....		29
1	A norma jurídica.....	29
2	A variação do conteúdo da norma jurídica.....	30
3	A dimensão normativa das regras e dos princípios.....	30
3.1	Uma questão semântica preliminar (e relevante).....	30
3.2	As regras.....	31
3.3	Os princípios.....	32
3.4	A distinção entre princípios e regras.....	32
3.5	A importância das regras.....	33
3.6	A insegurança jurídica: a Lei Federal 13.655/2018.....	34
4	As outras espécies normativas.....	34
4.1	As diretrizes.....	34
4.2	O direito “flexível”.....	34
5	O direito como uma ordenação de normas jurídicas.....	35
6	A questão do regime jurídico.....	35
6.1	A composição entre as espécies normativas.....	36
6.2	O regime jurídico de direito público.....	36
6.3	Os regimes de direito público e de direito privado.....	36
6.4	O direito privado e a autonomia da vontade.....	37

7	Ainda a função: o dever-poder	37
7.1	A dupla eficácia jurídica.....	37
7.2	A ausência de autonomia de vontade em sentido próprio.....	38
7.3	A vedação à omissão.....	38
7.4	A distinção entre funções pública e privada.....	38
8	A questão da supremacia do interesse público (SIP)	39
8.1	A primeira objeção: a ausência de conteúdo do “interesse público”.....	39
8.2	A segunda objeção: a pluralidade de princípios jurídicos.....	40
8.3	A terceira objeção: a ausência de um interesse público unitário.....	40
8.4	A quarta objeção: contraposição entre direitos e interesses.....	41
8.5	Conceituação negativa (excludente) de interesse público.....	42
8.6	A tese da qualidade diferenciada de alguns interesses.....	44
9	O direito administrativo e a realização dos direitos fundamentais	44
10	O descabimento da invocação vazia de um interesse público	45
11	A substituição de interesse público por interesses coletivos	46
12	Rejeição a uma concepção individualista.....	46
13	A jurisprudência dos tribunais sobre a SIP	47
14	Síntese: o fundamento do direito administrativo	48
15	“Personalização” do direito administrativo	48
16	A construção do regime de direito administrativo	49
16.1	A relevância da jurisprudência constitucional.....	49
16.2	A previsão do art. 30 e seu parágrafo único da LINDB	50
17	Os instrumentos de produção do sistema jurídico	50
18	As técnicas hermenêuticas	52
18.1	A interpretação conforme a norma superior	52
18.2	O chamado princípio da razoabilidade.....	52
18.3	O chamado princípio da proporcionalidade	52
19	As normas de compatibilização	55
19.1	O critério da superioridade normativa.....	55
19.2	O critério da temporalidade.....	55
19.3	O critério da especialidade	55
19.4	O critério da compatibilidade lógica no procedimento	56
20	Os direitos fundamentais.....	56
20.1	Direitos fundamentais e princípios do direito administrativo.....	56
20.2	Definição de direito fundamental.....	56
20.3	A vedação à omissão.....	59
21	A dignidade humana.....	59
22	Direitos fundamentais e pessoas jurídicas	61
23	Pluralidade de dimensões dos direitos fundamentais.....	61
23.1	Os direitos fundamentais individualistas (primeira geração).....	62
23.2	Os direitos fundamentais democráticos (segunda geração)	62
23.3	Os direitos fundamentais sociais (terceira geração).....	62
23.4	Outras categorias	63
24	A reserva do possível.....	63

CAPÍTULO 4 – OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	65
1 Os princípios do direito administrativo	65
1.1 Ainda a conjugação entre princípios e regras.....	65
2 A crítica de Carlos Ari Sundfeld	66
2.1 O princípio em abstrato e a sua concretização	66
2.2 A insuficiência da invocação de princípio em abstrato	67
2.3 A cautela na aplicação dos princípios	67
3 Os princípios constitucionais gerais	67
4 A liberdade.....	67
4.1 O conteúdo próprio da liberdade.....	67
4.2 A compatibilização da liberdade da pluralidade dos sujeitos	68
4.3 A vedação ao excesso.....	68
4.4 A preservação da autodeterminação.....	68
4.5 A multiplicidade dos direitos fundamentais.....	68
4.6 Liberdade e atividade administrativa do Estado	68
5 A igualdade (isonomia)	69
5.1 A igualdade como direito fundamental	69
5.2 Igualdade e tratamento discriminatório	70
5.3 Igualdade e atividade administrativa do Estado.....	71
6 A legalidade	71
7 O devido processo administrativo.....	71
8 Os princípios administrativos referidos no art. 37 da CF/1988.....	71
9 A impessoalidade	72
10 A moralidade	72
11 A publicidade.....	72
11.1 As finalidades da publicidade.....	72
11.2 O direito de petição e de obter certidão	73
11.3 A Lei de Acesso à Informação.....	74
12 A eficiência (eficácia) administrativa	75
12.1 A utilização mais eficiente dos recursos públicos.....	75
12.2 A pluralidade de fins buscados pelo Estado	75
12.3 A proibição do defeito.....	76
12.4 A eventual realização de uma pluralidade de interesses coletivos.....	76
12.5 A constante adequação das soluções práticas.....	76
12.6 A eliminação da burocracia e o atendimento efetivo das necessidades	77
CAPÍTULO 5 – A LEGALIDADE E A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	79
1 As diversas fontes normativas	79
1.1 A questão da “lei”.....	79
1.2 A crise da distinção entre as fontes normativas.....	80
2 As acepções da expressão lei	81
2.1 A distinção entre lei e norma jurídica	81
2.2 Conteúdo do princípio da legalidade	81
3 As diversas espécies de leis.....	81
4 A competência legislativa e a competência normativa.....	82

5	O conteúdo do princípio da legalidade.....	82
5.1	A proposta da prevalência do princípio da constitucionalidade.....	82
5.2	O conteúdo garantístico do princípio da legalidade.....	83
5.3	A interpretação conforme a Constituição.....	83
6	A legalidade como princípio e como regra.....	83
6.1	A legalidade como princípio constitucional.....	83
6.2	A legalidade como regra constitucional.....	83
6.3	A legalidade como princípio e como regra.....	84
7	A legalidade e a disciplina implícita.....	84
8	A função administrativa e os limites da disciplina legislativa.....	84
9	A legalidade e a atividade administrativa.....	85
9.1	As relações jurídicas de direito privado.....	85
9.2	As posições jurídicas de direito público.....	85
9.3	A situação jurídica do particular em face da atividade administrativa.....	85
10	O conteúdo da disciplina legal: discricionariedade e vinculação.....	85
11	Discricionariedade administrativa.....	86
11.1	A discricionariedade é uma modalidade de disciplina legislativa.....	86
11.2	A competência instituída pelo Direito.....	86
11.3	A instituição de margem de autonomia decisória.....	86
11.4	A distinção entre discricionariedade administrativa e judicial.....	87
12	Discricionariedade e ausência de competência normativa autônoma.....	87
12.1	O conceito vulgar de discricionariedade.....	87
12.2	A exigência de previsão legislativa.....	87
12.3	Desnecessidade de previsão legislativa explícita.....	87
12.4	A derivação em face das normas legislativas.....	88
12.5	A Lei e o modelo normativo adotado.....	88
13	Discricionariedade e delegação legislativa.....	88
14	A rejeição à concepção tradicional.....	88
14.1	A rejeição à teoria do “poder discricionário”.....	89
14.2	A rejeição aos conceitos de ato discricionário e ato vinculado.....	89
15	Discricionariedade e função administrativa.....	89
15.1	A manifestação da natureza funcional da competência.....	89
15.2	Competência discricionária e flexibilidade normativa.....	89
15.3	A produção da disciplina normativa mais adequada.....	89
16	Ausência de homogeneidade do instituto da discricionariedade.....	90
16.1	A discricionariedade e os juízos de conveniência e oportunidade.....	90
16.2	Os graus de vinculação e de discricionariedade.....	90
17	A discricionariedade quanto aos fins.....	91
17.1	A vinculação à realização do interesse público.....	91
17.2	A escolha de um ou de alguns dos interesses públicos.....	91
17.3	O controle da escolha quanto aos fins.....	91
18	A discricionariedade na hipótese de incidência.....	91
19	A discricionariedade no mandamento.....	92
19.1	Discricionariedade normativa (abstrata).....	92
19.2	Discricionariedade decisória (concreta).....	92

20	A exigência de motivação e o controle dos motivos.....	93
21	A discricionariedade em abstrato e a situação concreta de vinculação.....	93
22	A questão da discricionariedade técnica.....	93
	22.1 Discricionariedade comum e discricionariedade técnica.....	93
	22.2 A proximidade entre os institutos.....	94
	22.3 A falácia da tecnicidade rigorosa das decisões.....	94
23	Discricionariedade e interpretação.....	95
	23.1 O núcleo da distinção.....	95
	23.2 Duas hipóteses específicas de interpretação.....	95
24	A discricionariedade e técnicas legislativas.....	97
25	Os conceitos técnico-científicos.....	97
26	Os conceitos jurídicos (parcialmente) indeterminados.....	97
	26.1 A riqueza do mundo real.....	97
	26.2 A ausência de defeito técnico legislativo.....	98
	26.3 As três áreas de abrangência dos conceitos jurídicos indeterminados.....	98
27	Os conceitos valorativos.....	98
	27.1 Conceito valorativo e conceito indeterminado.....	99
	27.2 A prevalência dos juízos vigentes da sociedade.....	99
28	Síntese: as hipóteses anteriores e a discricionariedade propriamente dita.....	99
29	A densidade normativa mínima e a estrita legalidade.....	99
	29.1 A legalidade simples.....	99
	29.2 A legalidade estrita.....	100
	29.3 A densidade normativa mínima.....	100
30	A discricionariedade como instrumento de controle.....	101
31	O controle das decisões discricionárias: a questão do mérito.....	101
32	A rejeição à teoria da sujeição especial.....	101
	32.1 A teoria da sujeição especial.....	101
	32.2 Argumentos contrários à teoria da sujeição especial.....	102
CAPÍTULO 6 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO SUBJETIVO.....		103
1	A expressão Administração Pública.....	103
	1.1 Administração Pública em sentido objetivo.....	103
	1.2 Administração Pública em sentido funcional.....	103
	1.3 Administração Pública em sentido subjetivo.....	103
2	As diversas órbitas federativas.....	103
3	Abrangência dos três Poderes.....	104
4	A composição subjetiva da Administração Pública.....	104
	4.1 Sujeitos de direito.....	104
	4.2 Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.....	104
5	Pessoas jurídicas e órgãos.....	105
	5.1 Teoria do órgão.....	105
	5.2 A ausência de vontade própria da pessoa jurídica.....	105
6	Órgão público.....	106
	6.1 Definição.....	106
	6.2 A posição de órgão é reservada para pessoa física.....	106

6.3	A pluralidade de seres humanos como órgão único	106
6.4	A posição jurídica do órgão público	106
7	Órgãos públicos e competências heterogêneas.....	107
8	A desconcentração e a descentralização do poder.....	107
8.1	A desconcentração do poder.....	107
8.2	A descentralização do poder	107
8.3	A distinção entre desconcentração e descentralização	108
9	O processo de coordenação do poder	108
9.1	Os convênios públicos	108
9.2	Os consórcios públicos	108
10	A Administração direta e a Administração indireta.....	109
10.1	A Administração direta	109
10.2	A Administração indireta.....	109
11	A sistematização das pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública	110
12	A disciplina do Dec.-lei 200/1967	111
12.1	A hierarquia do Dec.-lei 200/1967.....	111
12.2	A dinamicidade da disciplina da Administração indireta	111
12.3	O Dec.-lei 200/1967 e os demais entes da Federação	111
13	As autarquias	112
13.1	Definição	112
13.2	A posição jurídica própria do Estado.....	112
13.3	Os vínculos da autarquia em face do ente político	113
13.4	As dimensões de autonomia da autarquia.....	113
13.5	O poder de tutela sobre a autarquia.....	115
13.6	A especialidade da competência	115
14	As chamadas autarquias especiais.....	115
14.1	Núcleo conceitual	115
14.2	As agências executivas e as agências reguladoras independentes	115
14.3	As universidades públicas	116
14.4	As autarquias reguladoras de categorias profissionais	116
15	As fundações de direito público	118
15.1	A confusão jurídica	118
15.2	A irrelevância da terminologia formal.....	119
15.3	As fundações de direito público e as autarquias.....	119
15.4	As fundações públicas com personalidade privada	120
15.5	Fundação pública e ausência de personalidade de direito público.....	121
15.6	A questão da manutenção por recursos públicos	121
16	Os consórcios públicos	121
16.1	A disciplina constitucional e infraconstitucional.....	121
16.2	O chamado “federalismo de cooperação”	122
16.3	A necessidade de atuação permanente conjugada	122
16.4	A prestação associada de serviços públicos.....	122
16.5	Ainda a diferença relativamente aos convênios.....	122
16.6	A disciplina quanto à condição dos consorciados	122
16.7	O procedimento de constituição dos consórcios públicos	123
16.8	Organização e funcionamento.....	123

	16.9 O regime jurídico quanto a bens e servidores.....	124
	16.10 Contrato de programa e contrato de rateio.....	124
17	As sociedades estatais.....	124
	17.1 A questão do poder de controle societário.....	124
	17.2 A criação mediante autorização legislativa.....	125
	17.3 O disposto no inc. XIX do art. 37 da CF/1988.....	125
	17.4 O disposto no inc. XX do art. 37 da CF/1988.....	126
	17.5 A extinção das sociedades estatais.....	127
	17.6 A transformação de empresa privada em sociedade estatal.....	128
	17.7 A questão da previsão legislativa e a regulamentação da Lei das Estatais.....	128
	17.8 Admissibilidade de sociedades estatais não federais.....	128
18	As empresas públicas.....	129
	18.1 Definições legislativas.....	129
	18.2 Características.....	129
	18.3 Objeto social.....	130
	18.4 A competência jurisdicional da Justiça Federal.....	130
19	As sociedades de economia mista.....	131
	19.1 Definições legislativas.....	131
	19.2 Características.....	131
	19.3 Objeto social.....	132
	19.4 A distinção entre sociedade de economia mista e empresa pública.....	132
	19.5 A ausência de competência jurisdicional da Justiça Federal.....	133
20	As sociedades subsidiárias (controladas).....	133
	20.1 A disciplina da Lei 13.303/2016.....	133
	20.2 Características.....	133
	20.3 O controle indireto da pessoa federativa.....	134
	20.4 Regime jurídico das subsidiárias.....	134
21	Regimes jurídicos das sociedades estatais.....	134
	21.1 A distinção fundada na espécie de atividade desenvolvida.....	134
	21.2 A distinção fundada a forma de exploração.....	136
	21.3 O regime jurídico diferenciado em vista da dependência financeira.....	136
22	O regime comum.....	137
	22.1 O regime jurídico dos bens das sociedades estatais.....	137
	22.2 A personalidade jurídica de direito privado.....	138
	22.3 A ausência de titularidade de competências anômalas.....	138
	22.4 A submissão ao regime de execução dos particulares.....	138
	22.5 A ausência de privilégios em face de devedores.....	138
	22.6 A submissão às normas do mercado aberto.....	138
	22.7 A aplicação do regime trabalhista para os empregados.....	138
	22.8 A questão da responsabilidade patrimonial e da falência.....	139
	22.9 A disciplina subsidiária de direito público.....	139
23	As sociedades estatais de fato.....	140
	23.1 O vício de origem.....	140
	23.2 A incidência do regime de direito público.....	140
	23.3 A repressão imediata a práticas ilícitas.....	141

24	As entidades paraestatais (“serviços sociais autônomos”).....	141
24.1	A terminologia adotada.....	141
24.2	A satisfação de necessidades coletivos setoriais.....	141
24.3	Características.....	141
24.4	Regime jurídico.....	143
25	Os serviços sociais impróprios.....	143
25.1	A distinção com os serviços sociais autônomos propriamente ditos.....	143
25.2	O entendimento doutrinário.....	144
25.3	Modalidade de fundação pública.....	145
26	As organizações não governamentais: o chamado terceiro setor.....	145
26.1	O terceiro setor.....	145
26.2	Ausência de inserção na Administração Pública estatal.....	145
26.3	A ausência de submissão ao poder de controle de ente estatal.....	146
26.4	A ampliação da complexidade.....	146
26.5	A ressalva: atuação cooperativa.....	146
26.6	As questões pertinentes ao direito administrativo.....	146
26.7	Os institutos jurídicos de direito privado.....	147
26.8	A qualificação jurídica.....	147
CAPÍTULO 7 – O ATO ADMINISTRATIVO.....		149
1	Fatos e atos administrativos.....	149
1.1	Fato administrativo em sentido restrito.....	149
1.2	Ato administrativo.....	149
1.3	Ato ilícito.....	149
2	O ato administrativo.....	150
2.1	A relevância do conceito de função administrativa.....	150
2.2	A relevância da vontade.....	150
2.3	A funcionalização da vontade no direito administrativo.....	151
3	A automação: a questão da Inteligência Artificial.....	151
4	Os chamados atos materiais da Administração Pública.....	152
5	Classificação dos atos administrativos.....	152
5.1	Quanto ao conteúdo.....	152
5.2	Quanto aos destinatários.....	152
5.3	Quanto ao âmbito de aplicação.....	153
5.4	Quanto ao número de partes.....	153
5.5	Quanto à estrutura subjetiva da competência.....	153
5.6	Quanto à natureza.....	155
5.7	Quanto aos efeitos dos atos decisórios.....	156
6	Existência, validade e eficácia dos atos jurídicos.....	156
6.1	A existência do ato jurídico.....	156
6.2	A validade do ato jurídico.....	157
6.3	A eficácia do ato jurídico.....	157
7	Os graus de eficácia dos atos jurídicos.....	158
7.1	O grau mínimo de eficácia.....	158
7.2	O grau médio de eficácia.....	158
7.3	O grau máximo de eficácia.....	159

8	A eficácia própria do ato administrativo: os atributos do ato administrativo.....	159
8.1	A eficácia jurídica dos atos de direito privado.....	159
8.2	A eficácia jurídica dos atos administrativos.....	159
8.3	A ressalva indispensável: a origem não democrática.....	160
9	A presunção relativa de legitimidade (e de regularidade).....	160
9.1	A presunção de legitimidade como manifestação do dever-poder estatal....	160
9.2	A vinculação dos terceiros por meio do ato administrativo.....	160
9.3	O conteúdo da presunção de legitimidade.....	161
9.4	Os limites da presunção.....	161
9.5	A presunção de regularidade restrita aos fatos.....	162
9.6	A exigência de cumprimento de requisitos formais.....	162
9.7	A finalidade jurídica da presunção.....	163
10	A exigibilidade (imperatividade).....	164
11	A autoexecutoriedade.....	164
11.1	O conteúdo da autoexecutoriedade.....	164
11.2	A disciplina jurídica da autoexecutoriedade.....	164
11.3	A submissão à legalidade e à proporcionalidade.....	164
11.4	O uso da força pela Administração.....	165
12	A estrutura do ato administrativo.....	165
12.1	As orientações de outros autores.....	165
12.2	O entendimento adotado quanto à estrutura do ato administrativo.....	165
13	A disciplina jurídica quanto ao sujeito.....	166
13.1	A capacidade de fato do sujeito.....	166
13.2	A competência administrativa.....	167
13.3	A estrutura do ato administrativo no tocante ao sujeito.....	168
14	Disciplina jurídica quanto à forma do ato administrativo.....	168
14.1	Atos formais e atos não formais (livres quanto à forma).....	168
14.2	Modos de formalização dos atos administrativos.....	168
14.3	A natureza instrumental da forma e a proporcionalidade.....	169
15	O silêncio da Administração Pública.....	169
15.1	A manifestação indireta de vontade.....	170
15.2	A omissão em sentido próprio.....	170
15.3	O silêncio qualificado.....	170
15.4	A atribuição legal da eficácia ao silêncio.....	170
15.5	O silêncio como sucedâneo de decisão.....	171
15.6	Tratamento expresso da questão em leis específicas.....	171
16	Disciplina jurídica quanto ao conteúdo do ato.....	172
17	Disciplina jurídica quanto ao motivo do ato administrativo.....	172
17.1	Os fatos e sua representação mental.....	172
17.2	A distinção entre os eventos externos e a decisão subjetiva.....	172
17.3	Motivo e motivação.....	172
17.4	Competência vinculada e motivo.....	173
17.5	Competência discricionária e motivo.....	173
17.6	A escolha de motivos.....	174

18	Disciplina jurídica quanto às finalidades do ato administrativo	174
	18.1 A diferença entre motivo e finalidade	174
	18.2 Ainda a diferença entre o mundo externo e a representação mental	175
	18.3 As finalidades em abstrato e em concreto	175
	18.4 As finalidades normativas e as finalidades do agente	175
	18.5 A autonomia quanto ao meio e a autonomia quanto aos fins	176
19	As nulidades do ato administrativo	177
20	Vícios quanto à competência	178
	20.1 A inexistência de competência	178
	20.2 A invalidade por ausência de competência específica	178
	20.3 O ato administrativo putativo	179
	20.4 Excesso de poder	179
21	Vícios quanto à forma do ato administrativo	180
	21.1 Requisitos de forma quanto à existência e validade do ato administrativo ...	180
	21.2 A questão da procedimentalização da atividade administrativa	180
	21.3 A questão da motivação do ato administrativo	180
	21.4 As exigências legais quanto à motivação	181
	21.5 As irregularidades irrelevantes ou aparentes	181
22	Vícios quanto ao conteúdo do ato administrativo	181
	22.1 Requisitos de existência do ato administrativo quanto ao conteúdo	182
	22.2 Requisitos de validade do ato administrativo quanto ao conteúdo	182
23	Vícios quanto ao motivo do ato administrativo	182
	23.1 Os instrumentos de controle	182
	23.2 O equívoco quanto à ocorrência dos fatos	183
	23.3 O equívoco quanto à relação de causalidade entre o motivo e a decisão	183
	23.4 O equívoco quanto à relação de necessidade entre o motivo e a decisão	183
	23.5 A decisão objetivamente acertada	183
	23.6 A teoria dos motivos determinantes	183
24	Vícios quanto à finalidade do ato administrativo	184
	24.1 O cabimento de controle quanto às finalidades eleitas	184
	24.2 O desvio de poder	185
	24.3 O desvio de procedimento	185
	24.4 Abuso de poder	186
25	A produção dos atos administrativos	186
26	A extinção dos atos administrativos	186
	26.1 O esaurimento integral da eficácia do ato	187
	26.2 O decurso do tempo	187
	26.3 O desaparecimento do pressuposto fático	187
	26.4 A renúncia do interessado	188
	26.5 A resolução por inadimplemento	188
	26.6 A extinção por força maior e o caso fortuito	188
	26.7 A invalidação pela própria Administração	188
	26.8 A revogação	189
	26.9 A extinção pelo Poder Judiciário	189

27	A invalidade do ato administrativo.....	189
	27.1 Desconformidade vertical e desconformidade horizontal	189
	27.2 A teoria das nulidades no direito administrativo brasileiro.....	189
	27.3 A Súmula 473 do STF	190
	27.4 A ausência de uma categoria única de vícios.....	190
	27.5 A distinção entre ilicitude e invalidade do ato administrativo.....	190
	27.6 A afirmação da preponderância dos valores sobre a forma.....	190
	27.7 Os diferentes graus de invalidade.....	191
	27.8 As regras legais admitindo a preservação de atos inválidos	192
	27.9 A disciplina da Lei 14.133/2021	192
28	A alteração da interpretação e os efeitos já consolidados	193
	28.1 A irretroatividade da interpretação superveniente.....	193
29	Atos administrativos defeituosos e a solução jurídica.....	194
	29.1 O dever de reconhecer a existência do defeito.....	194
	29.2 O saneamento ou convalidação do defeito.....	194
	29.3 O defeito grave e as alternativas existentes	195
30	A preservação da validade do ato	195
	30.1 A ponderação dos interesses na pronúncia do vício	195
	30.2 As circunstâncias concretas relativas à decisão	196
	30.3 A solução determinada pela Lei 13.655/2018	196
	30.4 A compensação dos prejuízos e a perda dos benefícios indevidos	197
31	A invalidação sem efeitos retroativos	197
	31.1 A solução adotada relativamente à inconstitucionalidade.....	197
	31.2 A extensão aos casos de nulidade do ato administrativo	197
32	A invalidação com efeitos retroativos.....	198
33	A observância do devido processo legal na invalidação	198
	33.1 A competência subordinada à observância do devido processo.....	198
	33.2 O vício lógico da invocação à nulidade.....	198
	33.3 A amplitude da garantia constitucional	199
34	A invalidação e a responsabilidade civil do Estado	199
35	Decadência e prescrição	200
36	A revogação do ato administrativo	200
	36.1 Revogação e discricionariedade	200
	36.2 Revogação e efeitos jurídicos aperfeiçoados.....	200
	36.3 Revogação e direito de indenização.....	200
	36.4 A revogação e a insuficiência da mera invocação ao interesse público.....	201
	36.5 A revogação e a responsabilidade civil do Estado	201
	36.6 A observância do devido processo legal	201
37	Os veículos instrumentais formais dos atos administrativos	201
	37.1 Decreto	202
	37.2 Regimento	202
	37.3 Instrução.....	202
	37.4 Resolução.....	202
	37.5 Alvará.....	203
	37.6 Outros instrumentos.....	203

38	As diversas categorias formais de atos administrativos quanto ao conteúdo	203
39	Regulamento	203
	39.1 A questão da reserva de lei no direito brasileiro	203
	39.2 A vedação ao regulamento contrário à lei.....	204
	39.3 Classificação tradicional	204
	39.4 A disputa sobre o regulamento autônomo	204
	39.5 A orientação adotada.....	205
	39.6 Aspectos complementares	206
	39.7 Regulamento e decreto	207
40	Licença	207
41	Autorização	207
	41.1 Concepção tradicional	207
	41.2 A aplicação ao serviço público e ao bem público	207
	41.3 A previsão constitucional da autorização para atividade privada.....	207
	41.4 A multiplicidade de significados.....	208
	41.5 A autorização a prazo determinado ou mediante condições.....	208
42	Permissão.....	208
43	Concessão.....	208
44	Homologação.....	209
45	Aprovação.....	209
46	Certidão	210
47	Atestado	211
CAPÍTULO 8 – PROCESSO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVOS		213
1	Processo e procedimento.....	213
2	Considerações gerais sobre o procedimento administrativo	213
3	Considerações gerais sobre o processo administrativo.....	214
	3.1 A inexistência do contencioso administrativo no Brasil	214
	3.2 A exigência de imparcialidade da autoridade administrativa	214
4	A imposição constitucional do devido processo legal administrativo.....	214
	4.1 A previsão constitucional expressa.....	214
	4.2 A garantia constitucional e os interesses difusos e coletivos.....	215
	4.3 Violação ao devido processo e invalidade da atividade administrativa.....	216
5	Arbitragem e mediação.....	217
	5.1 A arbitragem	217
	5.2 A mediação	217
6	A Lei Federal de Processo Administrativo (Lei 9.784/1999)	217
	6.1 A competência da União para legislar sobre direito processual	218
	6.2 As normas da Lei 9.784/1999 e os demais entes federados.....	218
	6.3 A aplicação supletiva das normas do CPC.....	218
7	O procedimento administrativo.....	219
	7.1 Os fins visados pela procedimentalização.....	219
	7.2 O controle do poder	219
	7.3 A realização da democracia.....	220
	7.4 O aperfeiçoamento técnico da atividade administrativa.....	220
	7.5 A redução da litigiosidade.....	220

8	Procedimento, discricionariedade e vinculação	220
8.1	Competências administrativas vinculadas.....	220
8.2	Competências administrativas discricionárias.....	221
9	Princípios do procedimento administrativo	221
10	O princípio da utilidade (efetividade) do procedimento	222
11	O princípio da publicidade	222
12	O princípio da imparcialidade	222
12.1	A posição jurídica do julgador	222
12.2	A imparcialidade do juiz administrativo.....	223
12.3	A questão do juiz natural	223
12.4	A vedação ao subjetivismo	224
12.5	A vedação à atuação em conflito de interesses.....	224
13	O princípio do contraditório.....	224
14	O princípio da motivação	224
14.1	Titularidade da competência e dever de motivar.....	224
14.2	A consagração formal do dever de motivar.....	225
15	O princípio da objetividade.....	225
16	O princípio da verdade material.....	226
16.1	A distinção entre verdade material e verdade formal	226
16.2	A questão dos direitos e interesses indisponíveis.....	226
16.3	A vedação à distorção comprovada da realidade	226
17	O princípio da celeridade.....	226
17.1	A configuração de direito fundamental	226
17.2	A demora injustificada e a decisão implícita	227
17.3	A delonga necessária ao desenvolvimento do processo	227
17.4	A reprovação à variação do ritmo do procedimento	227
17.5	O impulso oficial	227
18	As etapas do procedimento	227
18.1	A etapa de instauração	228
18.2	A etapa instrutória	228
18.3	A etapa decisória	228
19	As três modalidades procedimentais básicas.....	228
20	O procedimento para produção de atos administrativos regulamentares	228
20.1	As implicações constitucionais.....	229
20.2	Fase interna inicial	229
20.3	A consulta ao público.....	229
20.4	A realização de audiência pública.....	230
20.5	Etapa interna decisória	230
20.6	Publicação do ato regulamentar	230
20.7	Pedido de reconsideração ou impugnação	230
20.8	A modificação de regulamentação anterior.....	231
20.9	A vedação à aplicação retroativa da regulamentação posterior.....	231
21	O procedimento para produção de decisão administrativa não litigiosa	231
21.1	Adaptação do procedimento em vista da complexidade	231
21.2	Instauração do procedimento	232

21.3	Formalidades complementares à instauração do procedimento.....	232
21.4	A fase de instrução.....	232
21.5	Fase de decisão.....	233
22	O procedimento do processo administrativo	233
22.1	A instauração do processo administrativo.....	233
22.2	Procedimento prévio à instauração do processo litigioso	234
22.3	Decisão sobre a instauração do processo litigioso.....	234
22.4	Decisão preliminar motivada	234
22.5	Convocação das partes interessadas para participar do processo.....	235
22.6	Ampla defesa como garantia efetiva	236
22.7	A questão da defesa técnica	236
22.8	Instrução do processo administrativo.....	237
22.9	Julgamento do processo administrativo	237
22.10	Recurso administrativo	238
23	A questão da preclusão e da coisa julgada administrativa	239
23.1	Preclusão, coisa julgada formal e coisa julgada material	239
23.2	A sistemática europeia e o modelo brasileiro	240
24	A preclusão administrativa	240
24.1	As três espécies de preclusão	240
24.2	Os limites da preclusão administrativa	241
25	A coisa julgada formal administrativa.....	241
25.1	O encerramento do processo e suas implicações jurídicas	241
25.2	A eventual revisão da decisão adotada no processo encerrado	241
25.3	A inexistência de coisa julgada material administrativa.....	242
26	A revisão dos atos administrativos e a procedimentalização.....	242
26.1	A competência administrativa para desfazer os próprios atos	242
26.2	O desfazimento do ato administrativo e o devido processo.....	242
26.3	A Súmula Vinculante 3 do STF.....	242
27	O processo administrativo punitivo	243
27.1	A ausência de direito abstrato de agir.....	243
27.2	A disciplina variada da questão.....	244
28	O sancionamento previsto na Lei 8.112/1990	244
28.1	A pretensa dispensa do processo administrativo	244
28.2	A existência de três procedimentos administrativos.....	244
29	A sindicância	244
29.1	A instauração da sindicância.....	245
29.2	A eventual desnecessidade da sindicância.....	245
29.3	A condução da sindicância.....	245
29.4	A ampla defesa.....	245
29.5	A apuração dos fatos e a produção de provas.....	246
29.6	A decisão.....	246
30	O processo administrativo com procedimento simplificado do art. 133.....	246
30.1	Hipóteses de cabimento.....	246
30.2	A instauração.....	246

30.3	A indicição.....	247
30.4	A citação.....	247
30.5	A produção de provas	247
30.6	O relatório.....	247
30.7	O julgamento.....	247
31	O processo disciplinar propriamente dito.....	247
31.1	A instauração.....	247
31.2	O inquérito	248
31.3	O indiciamento e a garantia da ampla defesa.....	248
31.4	O julgamento.....	248
31.5	A apuração de infrações distintas	249
31.6	A prescrição (decadência) da ação disciplinar.....	249
32	O afastamento cautelar do servidor	250
33	A garantia da ampla defesa.....	251
34	A revisibilidade administrativa da punição	251
35	A revisibilidade jurisdicional da punição.....	251
CAPÍTULO 9 – LICITAÇÃO PÚBLICA		253
1	A disciplina constitucional.....	253
1.1	Os princípios gerais norteadores da atividade administrativa	253
1.2	As regras específicas sobre licitação	253
2	A licitação em hipóteses distintas.....	255
3	A natureza instrumental da licitação	255
3.1	A realização dos direitos fundamentais.....	255
3.2	A eventual inaplicabilidade de licitação	255
3.3	O afastamento da concepção absolutista da licitação.....	256
4	A multiplicidade de leis federais sobre licitações públicas.....	256
4.1	As leis federais fundadas no art. 37, inc. XXI, da CF/1988.....	256
4.2	A lei federal fundada no art. 173, § 1.º, III, da CF/1988	257
4.3	As leis federais fundadas no art. 175 da CF/1988	257
4.4	A situação específica da Lei 9.472/1997.....	257
5	O exame jurídico das leis fundadas no art. 37, inc. XXI, da CF/1988.....	257
5.1	A situação peculiar relativamente à Lei 14.133/2021	258
5.2	A conjugação da exposição.....	258
6	A complexidade do instituto da licitação.....	258
6.1	As normas de direito material da licitação	258
6.2	As normas de “direito processual”	258
7	As finalidades buscadas pelo procedimento licitatório.....	258
7.1	A determinação da vantajosidade.....	259
7.2	A observância da isonomia	259
7.3	A prevenção de distorções nos preços	259
7.4	O incentivo ao desenvolvimento nacional sustentável	260
7.5	O incentivo à inovação	260
8	Princípios norteadores da licitação.....	261
8.1	Atividade administrativa em geral e atividade licitatória	261

8.2	A previsão legislativa explícita	261
8.3	A natureza dos princípios e a proporcionalidade	261
8.4	A vedação à transformação do princípio em regra	261
9	Exame genérico de alguns dos princípios da Lei 14.133/2021	262
9.1	A promoção do interesse público.....	262
9.2	A igualdade.....	262
9.3	A segregação de funções	262
9.4	A motivação.....	263
9.5	A vinculação ao edital.....	263
9.6	A segurança jurídica	263
9.7	A competitividade.....	264
9.8	Celeridade	264
10	O princípio da legalidade.....	264
10.1	A desnecessidade de disciplina legislativa expressa	264
10.2	A legalidade e a necessidade de adequação às circunstâncias.....	264
10.3	A superação de concepções de engessamento da atividade administrativa ...	265
11	Os princípios da impessoalidade e da objetividade do julgamento	265
12	O princípio da vantajosidade	265
13	Os princípios da eficiência, da eficácia e da economicidade	265
13.1	A distinção entre as figuras.....	265
13.2	A concepção ampla e abrangente.....	266
14	Os princípios da moralidade e da probidade.....	266
15	Os princípios da publicidade e da transparência	266
16	Os princípios do desenvolvimento nacional e da isonomia.....	267
16.1	A disciplina da Lei 12.187/2009	267
16.2	A questão da isonomia	268
17	Competência para conduzir a licitação	268
18	A estrutura procedimental da licitação: Lei 14.133/2021	268
18.1	A dimensão processual da licitação	268
18.2	A estrutura procedimental da licitação	269
19	Fase preparatória: o planejamento.....	269
19.1	O dever de planejamento adequado	269
19.2	O desenlace da fase preparatória.....	270
19.3	O planejamento e a realidade concreta.....	270
19.4	A proscrição de atuação meramente formal	271
19.5	O defeito no planejamento e a responsabilização dos agentes competentes..	271
20	O edital de licitação	272
20.1	Funções do edital de licitação.....	272
20.2	O conteúdo do edital.....	272
20.3	Hierarquia normativa e o edital	272
20.4	A eficácia vinculante do edital.....	272
20.5	A elaboração do edital e o exaurimento da discricionariedade.....	272
20.6	A Lei 14.133/2021 e a flexibilidade da disciplina	273
20.7	Vícios do edital	273

21	Principais aspectos do procedimento na Lei 14.133/2011	274
21.1	A disciplina da Lei 14.133/2011	274
21.2	A forma do procedimento	274
21.3	O modo de disputa	274
21.4	A modalidade de licitação	275
22	A estrutura procedimental da licitação na legislação anterior.....	277
22.1	O modelo da Lei 8.666/1993.....	277
22.2	O modelo da Lei 10.520/2002.....	278
22.3	O modelo da Lei 12.462/2011.....	278
23	Considerações gerais sobre a seleção da solução mais vantajosa.....	278
23.1	Vantajosidade objetiva e vantajosidade subjetiva	278
23.2	Critérios de julgamento das propostas (vantajosidade objetiva).....	278
24	Os critérios de julgamento das propostas na Lei 14.133/2011	278
24.1	O elenco legal.....	279
25	Os critérios de julgamento na legislação anterior	280
25.1	O critério de julgamento da Lei 10.520/2002 (Pregão).....	280
26	Os requisitos de habilitação (vantajosidade subjetiva)	280
26.1	Pontos em comum na legislação	280
26.2	Requisitos de habilitação inválidos.....	281
27	Os requisitos de habilitação previstos na legislação.....	281
27.1	A habilitação jurídica.....	281
27.2	A regularidade fiscal	281
27.3	A regularidade trabalhista.....	282
27.4	A qualificação técnica	282
27.5	A qualificação econômico-financeira.....	282
27.6	A comprovação da regularidade quanto ao trabalho de menores.....	283
27.7	A qualificação social	283
28	A divulgação do edital de licitação	283
28.1	A fixação de prazos dilatatórios mínimos	283
28.2	A ausência de prazo único e uniforme.....	283
28.3	A disciplina da Lei 14.133/2011	283
28.4	A disciplina da Lei 8.666/1993	284
28.5	A disciplina da Lei 10.520/2002	284
28.6	A disciplina da Lei 12.462/2011	285
29	Considerações sobre o procedimento subsequente	285
29.1	As alternativas dos incs. III, IV e V do art. 17 da Lei 14.133/2011	285
29.2	A hipótese de apresentação propostas e lances (inc. III)	285
29.3	O julgamento das propostas.....	285
29.4	O julgamento da habilitação	286
29.5	A disciplina similar das Leis do Pregão e do RDC.....	287
29.6	A disciplina da Lei 8.666/1993	287
29.7	A viabilidade da inversão de fases na Lei 14.133/2011.....	287
29.8	A conclusão da etapa: a decisão final, a classificação e a adjudicação	288
30	A fase recursal.....	288
30.1	A sistemática de julgamento anterior das propostas	288

30.2	A sistemática de julgamento anterior da habilitação	288
30.3	O processamento do recurso.....	288
31	Providências complementares: manifestação da autoridade superior	289
31.1	A avaliação da regularidade dos atos do procedimento	289
31.2	A avaliação da conveniência do resultado atingido.....	289
31.3	A adjudicação e a homologação	290
31.4	Os efeitos decorrentes da adjudicação.....	290
31.5	A homologação	291
32	A disciplina das nulidades	291
32.1	A sistemática anterior	291
32.2	A disciplina do art. 147 da Lei 14.133/2021	291
32.3	A modulação dos efeitos da anulação	292
33	As contratações diretas	292
33.1	As hipóteses de contratação direta.....	292
33.2	A inexigibilidade de licitação	292
33.3	A dispensa de licitação.....	293
33.4	Diferenças quanto à exaustividade	293
34	A contratação direta por inexigibilidade de licitação.....	293
34.1	O elenco dos incisos dos dispositivos	293
34.2	A abrangência do conceito de inviabilidade de competição.....	293
34.3	A contratação em caso de necessidade de notória especialização.....	294
34.4	A eliminação da exigência de singularidade do objeto.....	295
35	A contratação direta por dispensa de licitação.....	295
35.1	A relação custo-benefício da licitação	296
35.2	A viabilidade de competição e a incompatibilidade com outros valores	296

CAPÍTULO 10 – CONTRATO ADMINISTRATIVO	297	
1	Contrato administrativo em sentido restrito.....	297
2	A exclusão para sociedades estatais empresárias (Lei 13.303/2016).....	297
3	A natureza contratual	297
4	O regime jurídico específico dos contratos em sentido restrito.....	298
4.1	As competências anômalas em favor da Administração Pública.....	298
4.2	Os limites ao exercício das competências anômalas.....	298
4.3	As garantias reforçadas em favor do particular.....	298
5	Contrato administrativo e vontade funcionalizada	299
6	Classificação dos contratos administrativos em sentido estrito.....	299
7	Classificação quanto ao regime jurídico.....	300
7.1	Contratos administrativos de colaboração.....	300
7.2	Contratos administrativos de delegação	300
8	Classificação quanto aos efeitos para as partes.....	301
8.1	Contratos unilaterais e contratos bilaterais.....	301
8.2	Atos jurídicos bilaterais e contratos bilaterais.....	301
9	Quanto aos efeitos para a Administração	301
9.1	Contratos de desembolso.....	301
9.2	Contratos de receita	301

9.3	Contratos sem efeitos de desembolso ou de receita.....	301
9.4	Contratos com regime misto.....	302
10	Classificação quanto ao fim imediato.....	302
10.1	Contratos comutativos.....	302
10.2	Contratos de organização.....	302
11	Classificação quanto à relevância da identidade do particular.....	302
11.1	Contratos personalíssimos e contratos não personalíssimos.....	303
11.2	Rejeição à generalização do entendimento do personalismo.....	303
12	Classificação quanto ao objeto da prestação.....	304
12.1	Prestações de dar e de fazer.....	304
12.2	Ausência de contratações de não fazer.....	304
12.3	Contratações administrativas com objeto complexo.....	304
12.4	A boa-fé e a abstenção de condutas nocivas.....	304
13	A disciplina legislativa: as normas gerais.....	304
13.1	As normas gerais sobre contratos de colaboração (CF/1988, art. 37, XXI)...	305
13.2	As normas gerais sobre contratos de delegação (art. 175, CF/1988).....	305
13.3	A competência da União para dispor sobre normas gerais.....	305
13.4	Ressalva ao princípio federativo.....	306
13.5	A decisão do STF sobre normas gerais da Lei 8.666/1993.....	306
14	Os contratos administrativos de colaboração.....	306
14.1	A satisfação direta do interesse das partes.....	306
14.2	A ausência de contratos de colaboração nominados.....	307
15	A formalização da contratação administrativa.....	307
15.1	A licitação e a contratação direta.....	307
15.2	Dever de promover a contratação.....	307
15.3	Questões formais genéricas.....	307
16	Prazo de vigência contratual.....	308
16.1	Prazo de vigência contratual e prazo para adimplemento das obrigações....	308
16.2	A vigência contratual e a natureza das prestações.....	309
17	O prazo de vigência e a questão orçamentária.....	309
17.1	A disciplina da Lei 8.666/1993.....	309
17.2	A disciplina da Lei 14.133/2021.....	310
17.3	A disciplina constante de leis específicas.....	311
18	O sistema de registro de preços.....	311
18.1	Contrato normativo.....	311
18.2	Cadastro de produtos e serviços e de fornecedores.....	311
18.3	Principais tópicos quanto ao registro de preços.....	311
18.4	Registro de preços e formalização de contratos específicos.....	312
19	O adimplemento contratual.....	312
19.1	A disciplina anterior à edição da Lei 14.133/2021.....	312
19.2	A fiscalização quanto ao recebimento do objeto.....	312
19.3	O pagamento ao particular.....	312
20	As alterações do contrato administrativo.....	313
20.1	Competência discricionária para a alteração de contrato.....	313
20.2	Limites da modificação contratual.....	313

20.3	Alterações unilaterais e consensuais	313
20.4	As alterações unilaterais: visão geral.....	313
20.5	Os limites para alterações contratuais	314
21	A equação econômico-financeira.....	314
21.1	A relação original entre as partes.....	314
21.2	Abrangência	315
21.3	A tutela constitucional à intangibilidade da equação.....	315
21.4	O aperfeiçoamento da equação econômico-financeira.....	316
22	A quebra do equilíbrio econômico-financeiro	316
22.1	A configuração de eventos econômicos supervenientes.....	316
22.2	A disciplina distinta nas Leis 8.666/1993 e 14.133/2021	316
23	A tutela da equação econômico-financeira na Lei 8.666/1993	317
23.1	A regra geral do art. 65, II, <i>d</i>	317
23.2	A distinção entre riscos ordinários e riscos extraordinários.....	317
23.3	Os eventos causadores de quebra da equação econômico-financeira	317
23.4	O fato do príncipe (álea administrativa)	317
23.5	A teoria da imprevisão (álea econômica)	318
24	A tutela da equação econômico-financeira na Lei 14.133/2021	319
24.1	A alocação contratual dos riscos.....	319
24.2	A previsão contratual de soluções.....	320
24.3	A regra do art. 124, II, <i>d</i> , da Lei 14.133/2021.....	320
25	O caso fortuito ou de força maior	321
25.1	Caso fortuito interno e caso fortuito externo	321
25.2	A margem de autonomia para alocação do risco pertinente.....	322
26	As sujeições imprevistas	322
26.1	A situação objetiva da realidade.....	323
26.2	A ausência de tratamento legislativo explícito.....	323
27	A alteração unilateral das condições originais.....	323
28	O ato ilícito da Administração Pública (fato da Administração).....	323
28.1	A ilicitude da conduta administrativa	323
28.2	O direito de indenização por perdas e danos.....	324
28.3	A conveniência do particular	324
29	Formas de recomposição da equação econômico-financeira	324
29.1	O conteúdo das providências adequadas	324
29.2	A alteração da remuneração do particular	324
29.3	As três modalidades básicas	324
29.4	A revisão de preços (recomposição).....	324
29.5	O reajuste (reajustamento) de preços	325
29.6	A repactuação de preços.....	326
29.7	O equívoco da jurisprudência do STJ.....	327
30	O inadimplemento contratual	328
30.1	Os efeitos da inexecução contratual.....	328
30.2	O regime jurídico do inadimplemento do particular.....	328
30.3	A exigência de elemento subjetivo.....	329
30.4	A questão da exceção de contrato não cumprido.....	329

31	A extinção do contrato administrativo.....	330
	31.1 O elenco de hipóteses de extinção.....	330
	31.2 Extinção por acordo entre as partes.....	330
	31.3 Adimplemento das partes: exaurimento do objeto.....	331
	31.4 Adimplemento das partes: atingimento do termo final de vigência.....	331
	31.5 Decretação de invalidade (anulação).....	331
32	As hipóteses de rescisão do contrato.....	331
	32.1 O elenco do art. 78 da Lei 8.666/1993.....	331
	32.2 A disciplina do art. 137 da Lei 14.133/2021.....	331
	32.3 A rescisão contratual por conveniência da Administração Pública.....	331
	32.4 A rescisão por caso fortuito ou de força maior.....	333
	32.5 A rescisão por fato do príncipe ou teoria da imprevisão.....	333
	32.6 Os princípios hermenêuticos aplicáveis.....	333
33	A formalização da extinção do contrato administrativo.....	333
	33.1 A extinção normal do contrato.....	333
	33.2 A extinção anormal do contrato.....	333
	33.3 O reconhecimento da indenização devida ao particular.....	334
	33.4 A extinção administrativa e o devido processo legal.....	334
	33.5 A invalidade do contrato e o direito de ampla defesa.....	334
	33.6 Rescisão do contrato e direito de ampla defesa.....	334
	33.7 Extinção anormal do contrato e ato administrativo motivado.....	335
	33.8 Indenização por perdas e danos devida ao particular.....	335
34	Decorrências da rescisão administrativa por inadimplemento do particular.....	335
	34.1 Assunção do objeto do contrato.....	335
35	A repressão a condutas ilícitas do particular.....	336
	35.1 A responsabilização civil.....	337
	35.2 A responsabilização penal.....	337
	35.3 A responsabilização administrativa.....	337
36	As sanções administrativas ao particular.....	337
	36.1 O regime jurídico da punição.....	337
	36.2 As regras gerais da LINDB.....	338
	36.3 A disciplina dos diversos diplomas.....	338
37	O regime sancionatório da Lei 8.666/1993.....	338
	37.1 A advertência.....	338
	37.2 A multa.....	338
	37.3 A suspensão temporária e a declaração de inidoneidade.....	338
38	O regime sancionatório das Leis 10.520/2002 e 12.462/2011.....	340
39	O regime sancionatório da Lei 12.846/2013.....	340
	39.1 Alguns pontos controvertidos.....	341
	39.2 Responsabilização objetiva do particular.....	341
40	O regime sancionatório da Lei 14.133/2021.....	342
	40.1 O elenco de condutas infracionais.....	342
	40.2 A manutenção da sistemática de quatro espécies sancionatórias.....	342
	40.3 A declaração de inidoneidade.....	342
	40.4 A previsão explícita de critérios de ponderação para o sancionamento.....	343
	40.5 A disciplina da reabilitação.....	343

41	O autossaneamento (“self-cleaning”) empresarial.....	343
	41.1 As soluções de autossaneamento (“self-cleaning”) no exterior	343
	41.2 A preservação da empresa.....	344
42	O acordo de leniência.....	344
43	A questão da arbitragem em contratos administrativos.....	344
44	Os contratos de direito privado pactuados pela Administração Pública.....	344
	44.1 A preservação da iniciativa privada e do mercado.....	344
	44.2 A disciplina da Lei 8.666/1993	345
	44.3 A disciplina da Lei 14.133/2021	345
	44.4 Regime do contrato de direito privado da Administração Pública	346
45	Os contratos administrativos de delegação de competências administrativas	346
46	Outros ajustes da Administração Pública	346
	46.1 A aplicação subsidiária da Lei 14.133/2021.....	346
	46.2 A aplicação subsidiária das normas sobre consórcios públicos.....	346
	46.3 A previsão da Lei 13.800/2019.....	347
	46.4 A solução hermenêutica.....	347
47	Os acordos de vontade da Administração Pública.....	347
	47.1 O conteúdo e a finalidade.....	347
	47.2 Ausência de finalidade lucrativa	347
	47.3 Fomento de atividades.....	347
	47.4 Eliminação de condutas indesejáveis.....	347
	47.5 A ampliação crescente das figuras típicas.....	348
	47.6 A irrelevância da denominação	348
	47.7 A previsão do art. 84 da Lei 13.019/2014	348
48	Convênios públicos.....	348
	48.1 Convênio e os contratos administrativos em sentido restrito	348
	48.2 As duas espécies de convênios.....	349
49	Contratos de consórcio público	349
50	Contratos de programa.....	349
51	Contratos de rateio.....	349
52	Contrato de gestão.....	350
	52.1 As duas modalidades de contratos de gestão.....	350
	52.2 O contrato de gestão para ampliação de autonomia.....	350
	52.3 A previsão dos serviços sociais impróprios.....	350
53	Contrato externo de gestão.....	350
54	Termo de parceria.....	351
55	Termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação.....	351
56	Contratos de fomento	351
	56.1 Conteúdo e finalidade.....	351
	56.2 O descabimento de licitação prévia	352
	56.3 O regime jurídico	352
57	Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).....	352
	57.1 A prevenção ou a eliminação de conflitos.....	352
	57.2 As hipóteses previstas em lei.....	352
	57.3 A exigência de tratamento isonômico	353

58	Acordo de leniência.....	353
58.1	As hipóteses de tratamento explícito.....	353
58.2	As finalidades do instituto e sua legitimidade.....	353
CAPÍTULO 11 – PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA		355
1	Definição.....	355
1.1	Competências legislativas e administrativas	355
1.2	Ausência de cunho prestacional	355
1.3	Deveres de abstenção e de atuação ativa	356
1.4	Eventual fornecimento de utilidades.....	356
1.5	Normas gerais e providências concretas	356
1.6	A orientação à realização dos direitos fundamentais.....	356
1.7	O recurso ao uso da violência	357
2	A modificação do conceito e da abrangência das medidas de poder de polícia ...	357
2.1	A instrumentalização à proteção dos direitos fundamentais	357
2.2	A imposição de deveres de fazer.....	358
3	Serviço público e poder de polícia.....	358
3.1	A distinção teórica entre poder de polícia e serviço público.....	358
3.2	A integração material das atividades	359
3.3	A vinculação aos direitos fundamentais.....	359
3.4	Síntese	359
4	A polícia administrativa e a polícia judiciária	360
4.1	A segurança pública e a polícia administrativa.....	360
4.2	A polícia administrativa e a polícia judiciária.....	360
5	Poder de polícia, discricionariedade e vinculação.....	361
5.1	A limitação à liberdade como função estatal.....	362
5.2	A competência legislativa e administrativa de poder de polícia.....	362
5.3	Poder de polícia e poder discricionário.....	362
5.4	A discricionariedade no âmbito do poder de polícia.....	362
5.5	Os limites da discricionariedade e o poder de polícia administrativa.....	363
6	Poder de polícia administrativa e princípio da legalidade	363
7	Poder de polícia administrativa e proporcionalidade.....	363
8	Também os direitos privados se subordinam ao princípio da proporcionalidade....	364
9	A discriminação de competências federativas.....	364
9.1	A competência territorial.....	364
9.2	A adoção de outros critérios.....	364
10	A questão do monopólio estatal do poder de polícia	365
10.1	A viabilização de soluções de delegação	365
10.2	A relevância da superação do conceito de “poder discricionário”.....	365
10.3	A tendência à ampliação da delegação.....	366
10.4	A questão do controle da atuação do delegatário privado.....	366
10.5	O cenário jurídico atual	367
10.6	A decisão do STF quanto ao poder de polícia de profissões	367
10.7	A decisão do STF quanto a multas de trânsito.....	367
10.8	O desenvolvimento de instrumentos contratuais de delegação.....	368

11	Os instrumentos formais de exercício do poder de polícia	368
12	As taxas pelo exercício do poder de polícia.....	369
	12.1 Pressupostos e limites da taxa pelo exercício do poder de polícia.....	369
	12.2 A vedação à função regulatória da taxa.....	369
13	A classificação do poder de polícia administrativa.....	370
14	Vigência e eficácia das medidas de polícia.....	370
	14.1 A questão da irretroatividade.....	370
	14.2 Os graus de eficácia das medidas de polícia.....	370
	14.3 Medidas de polícia com grau de eficácia mínimo	370
	14.4 Medidas de polícia com grau de eficácia médio.....	371
	14.5 Medidas de polícia com grau de eficácia máximo.....	371
	14.6 A utilização da força material.....	371
15	Poder de polícia, ilícito e sanções administrativas.....	371
	15.1 A sanção administrativa como manifestação do poder de polícia	372
	15.2 O regime jurídico das sanções administrativas	372
	15.3 O princípio da legalidade.....	372
	15.4 Legitimação democrática da punição	372
	15.5 A previsibilidade quanto ao exercício de poderes de coação	373
	15.6 O princípio da especificação (tipicidade).....	373
	15.7 O argumento da sujeição especial.....	373
	15.8 A necessidade de determinação legal mínima.....	373
	15.9 A proporcionalidade.....	374
	15.10 O princípio da culpabilidade.....	374
	15.11 As garantias na aplicação das sanções.....	376
16	Manifestações específicas no âmbito dos direitos reais.....	376
	16.1 A consagração da função social da propriedade.....	376
	16.2 Ainda a proporcionalidade	376
	16.3 Limitações e restrições à propriedade privada.....	377
	16.4 Regime jurídico da propriedade privada	377
17	Os principais institutos administrativos de alteração do regime geral privado.....	377
18	A limitação administrativa à propriedade.....	378
	18.1 A concepção tradicional sobre o tema.....	378
	18.2 A preservação das faculdades essenciais.....	378
	18.3 A configuração do próprio direito real	378
	18.4 A natureza geral da limitação	378
	18.5 A questão da indenização: preservação da essência do direito	379
	18.6 A competência estatal.....	379
	18.7 A questão da discricionariedade.....	379
	18.8 A desnaturação da limitação à propriedade.....	379
19	As servidões administrativas	380
	19.1 O vínculo entre bens imóveis	380
	19.2 Ainda a funcionalização do direito de propriedade	380
	19.3 Deveres de suportar e de fazer	381
	19.4 A obrigação real.....	381
	19.5 A instituição por ato administrativo unilateral	381

19.6	A questão da relação de dependência	381
19.7	A controvérsia sobre o nascimento da servidão administrativa.....	381
19.8	A questão do direito real de natureza pública.....	382
19.9	A questão do modo de constituição da servidão administrativa.....	382
19.10	O conteúdo jurídico da servidão administrativa	383
19.11	A indenização em virtude da instituição da servidão administrativa	383
19.12	A instituição da servidão e a observância do devido processo legal.....	383
20	O tombamento	384
20.1	Tombamento e servidão administrativa	384
20.2	Bens móveis e bens imóveis.....	384
20.3	Objeto determinado	384
20.4	O interesse coletivo	384
20.5	A instituição mediante ato administrativo unilateral	385
20.6	Direito de indenização.....	385
20.7	O fundamento constitucional do tombamento.....	385
20.8	As normas gerais sobre tombamento	385
20.9	A competência para o tombamento.....	386
20.10	O procedimento administrativo de tombamento.....	386
20.11	A formalização do tombamento.....	386
20.12	O tombamento de bens públicos	386
20.13	Os efeitos jurídicos do tombamento	387
20.14	A antecipação dos efeitos do tombamento	387
20.15	O tombamento “sustentável”	388
21	A ocupação temporária de bens privados	388
21.1	O fundamento constitucional.....	388
21.2	A natureza cautelar da medida	388
21.3	A atuação material da Administração	388
21.4	A competência para a ocupação temporária.....	389
21.5	A ocupação temporária de bem público.....	389
21.6	A natureza instrumental	389
21.7	A inviabilidade de restituição e vedação à ocupação	389
21.8	A questão do prazo para restituição.....	389
21.9	O dever de diligência para a restituição do bem	389
21.10	A indenização ao particular.....	389
22	Requisição de bens	389
23	Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios	390
23.1	A disciplina constitucional da função social de imóveis urbanos	391
23.2	A disciplina legislativa municipal.....	391
23.3	A formalização do ato	391
23.4	As providências autorizadas	391
23.5	A interpretação quanto à compulsoriedade.....	392
23.6	A autonomia privada	393
23.7	O devido processo legal	393
24	Licenciamento compulsório de patente	393
24.1	Os direitos de exclusividade da propriedade industrial.....	393

24.2	Ainda a função social do invento	393
24.3	A violação à função social e o licenciamento compulsório	393
24.4	O devido processo legal administrativo	393
24.5	A ausência de extinção da patente e dos direitos do titular	393
25	Desapropriação	394
25.1	A funcionalização da propriedade privada	394
25.2	A dupla eficácia da desapropriação	394
25.3	Desapropriação judicial e extrajudicial	394
25.4	Desapropriação e institutos similares	395
25.5	Uma advertência prévia sobre a questão da competência	396
25.6	As diversas modalidades expropriatórias	396
25.7	O regime jurídico complexo	397
25.8	O princípio da eficácia administrativa	397
25.9	O princípio da proporcionalidade	397
25.10	O controle jurisdicional da atividade administrativa	398
26	O sujeito ativo da desapropriação	398
26.1	A vinculação às competências federativas	398
26.2	A competência estatal privativa	398
26.3	A exceção relacionada a obras e serviços relevantes	398
26.4	A delegação de atribuições complementares	398
27	O sujeito passivo da desapropriação	399
28	Os bens e direitos sujeitos à desapropriação	399
28.1	Bens privados	399
28.2	Bens públicos	399
28.3	Propriedade imaterial	399
28.4	Impossibilidade de expropriação de competência alheia	400
29	Pressupostos formais	400
29.1	A autorização orçamentária	400
29.2	A autorização legislativa	400
29.3	A autorização de outra esfera federativa	400
30	A alteração da destinação original do bem	401
30.1	O desvio de finalidade	401
30.2	A tredestinação	401
30.3	A retrocessão	401
31	A chamada desapropriação por zona	402
31.1	A superação da controvérsia sobre a validade da hipótese	402
31.2	A eventual implantação de soluções integradas	402
31.3	A assunção do empreendimento pela iniciativa privada	402
31.4	A reversão dos benefícios para a modicidade tarifária	402
31.5	A utilização para concessão urbanística	403
31.6	A contribuição de melhoria	403
32	O direito de extensão	403
33	O regime de direito processual do instituto da desapropriação	403
34	A decretação de utilidade ou necessidade pública ou interesse social	404
34.1	O processo administrativo prévio	404

34.2	O decreto de desapropriação.....	404
34.3	Decreto expropriatório como ato administrativo comum.....	405
34.4	Efeitos do decreto de desapropriação.....	405
34.5	Natureza constitutiva do decreto.....	405
34.6	Conteúdo do decreto.....	406
34.7	A vinculação do decreto ao elenco legal.....	406
34.8	O controle de validade do decreto expropriatório.....	406
34.9	O controle por meio de mandado de segurança.....	407
34.10	Caducidade do decreto.....	407
35	O procedimento administrativo posterior ao decreto.....	407
35.1	A avaliação da validade e conveniência pela Administração.....	407
35.2	Atos complementares e a desapropriação administrativa.....	408
35.3	O recurso à arbitragem e à mediação.....	408
35.4	O aperfeiçoamento da desapropriação.....	408
36	O processo judicial (desapropriação judicial).....	408
36.1	Ação de desapropriação.....	408
36.2	A imissão provisória na posse.....	409
36.3	O valor a ser depositado a título de indenização.....	410
36.4	O deferimento da imissão provisória na posse.....	411
36.5	As implicações da imissão provisória na posse.....	411
36.6	Ainda a questão do interesse público.....	411
36.7	A imissão provisória na posse de imóveis residenciais.....	412
37	A apuração da justa indenização.....	412
37.1	A garantia constitucional da justa indenização.....	412
37.2	A determinação do valor dos bens.....	412
37.3	A questão da correção monetária do valor apurado na perícia.....	413
37.4	A incidência de juros compensatórios e moratórios.....	413
38	Ainda a previsão da mediação e da arbitragem.....	413
39	O pagamento da indenização mediante precatório judicial.....	413
40	O aperfeiçoamento da desapropriação.....	414
40.1	A regra geral da indenização prévia e em dinheiro.....	414
40.2	A desapropriação por interesse social.....	414
40.3	A matrícula do imóvel em nome do expropriante.....	414
41	A chamada desapropriação indireta.....	414
41.1	A configuração da desapropriação indireta.....	414
41.2	Ação de indenização seguindo procedimento ordinário.....	415
41.3	A prescrição da pretensão em desapropriação indireta.....	416
41.4	A necessidade de repressão a condutas ilícitas.....	416
42	Desfazimento da desapropriação.....	417

CAPÍTULO 12 – TIPOS DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: SERVIÇO PÚBLICO..... 419

1	A definição de serviço público no direito brasileiro.....	419
1.1	A atuação contínua e a estrutura organizacional.....	419
1.2	A satisfação de necessidades.....	419
1.3	O serviço ao público em geral.....	420
1.4	A instrumentalidade para a realização dos direitos fundamentais.....	420

1.5	A insuficiência dos mecanismos da livre-iniciativa	420
1.6	A titularidade estatal.....	420
1.7	A atividade estatal de natureza administrativa	420
1.8	O regime de direito público	420
1.9	A atuação de cunho ativo	421
2	A pluralidade de acepções para a expressão	421
2.1	A terminologia vulgar.....	421
2.2	A disciplina da Lei 13.460/2017	421
3	Atividades estatais que não configuram serviço público	421
3.1	As atividades estatais não administrativas.....	421
3.2	A exclusão das atividades administrativas de natureza política.....	421
3.3	As atividades administrativas de poder de polícia.....	422
4	Serviço público e atividade econômica em sentido restrito.....	422
4.1	Os arts. 170 e 175 da CF/88	422
4.2	A exploração de atividade econômica pelo Estado.....	422
5	Vínculo entre serviço público e direitos fundamentais.....	422
6	A insuficiência ou inadequação do regime de direito privado.....	423
7	O serviço público é uma intervenção estatal no domínio econômico.....	423
7.1	O serviço público reflete decisões políticas fundamentais	423
7.2	O atendimento satisfatório das necessidades por via da iniciativa privada...	424
7.3	A titularidade estatal do serviço.....	424
8	A exigência de qualificação formal como serviço público	424
9	Os três aspectos do conceito de serviço público.....	424
10	A ausência de um elenco imutável de serviços públicos.....	425
11	As previsões constitucionais do art. 21, XI e XII.....	425
11.1	O elenco do art. 21, XI e XII.....	425
11.2	A orientação adotada	426
11.3	A previsão constitucional de autorização.....	426
11.4	A acepção tradicional para autorização	426
11.5	A autorização de serviço público	426
11.6	A ausência de referência a autorização no art. 175.....	426
11.7	A referência a autorização no art. 170	426
12	A previsão constitucional de exploração como atividade econômica	427
12.1	Os serviços públicos sociais e culturais	427
12.2	A possibilidade de exploração cumulativa em dois regimes.....	427
12.3	Serviços públicos e a opção legislativa infraconstitucional	427
12.4	A limitação da autonomia para qualificação como serviço público.....	428
12.5	Ainda a inadequação da iniciativa privada	428
12.6	O dever de promoção dos direitos fundamentais.....	428
13	Os serviços públicos virtuais (serviços de interesse econômico geral)	428
13.1	A influência comunitária europeia.....	429
13.2	A situação no direito brasileiro	429
14	A discriminação de competências federativas.....	429
14.1	A distinção entre competência administrativa e competência legislativa.....	429
14.2	A competência legislativa mínima.....	430

14.3	Titularidade privativa e titularidade comum	430
14.4	Situações complexas	430
15	Serviços públicos quanto ao grau de essencialidade.....	431
16	Serviços públicos quanto à natureza da necessidade a ser satisfeita	431
17	A disciplina da Lei 13.460/2017.....	431
17.1	A aplicação aos serviços públicos executados diretamente.....	431
17.2	A centralidade no usuário do serviço público.....	432
18	O regime de serviço público	432
18.1	O vínculo jurídico não contratual.....	432
18.2	As competências anômalas	432
19	Os princípios de serviço público	432
19.1	A continuidade.....	433
19.2	A igualdade.....	433
19.3	A mutabilidade ou adaptabilidade.....	434
20	As novas exigências quanto ao serviço público.....	434
20.1	A adequação do serviço	434
20.2	A transparência e a participação do usuário	434
20.3	A ausência de gratuidade.....	435
20.4	A modicidade tarifária.....	435
21	A aplicação subsidiária do direito do consumidor	435
21.1	As regras legais pertinentes	435
21.2	As relações de consumo	436
21.3	A distinção em nível constitucional	436
21.4	A Lei 13.460/2017 e a controvérsia hermenêutica.....	436
21.5	A exigência de configuração de relação de consumo.....	437
22	A crise do serviço público	437
22.1	A evolução tecnológica e seus efeitos.....	437
22.2	O conceito de monopólio natural	438
22.3	A evolução tecnológica e as inovações.....	438
22.4	A dissociação entre a regulação e a prestação do serviço público	438
22.5	A exclusividade na prestação do serviço	438
23	O tratamento jurídico peculiar para os serviços em rede	439
23.1	Fragmentação (dissociação) das atividades de serviço público	439
23.2	A ampliação da competição	440
23.3	A dissociação entre propriedade e exploração da rede.....	440
24	A sobrevivência do serviço público	441
25	A concessão de serviço público	441
25.1	O direito positivo brasileiro e a concessão de serviço público	441
25.2	A concessão como instrumento de políticas públicas.....	442
26	A concessão de serviço público	442
26.1	A relação jurídica trilateral.....	442
26.2	Natureza organizacional do contrato de concessão	443
26.3	A preservação da natureza pública do serviço	443
26.4	O prazo contratual determinado	443
26.5	A exploração por conta e risco do concessionário	443

26.6	A partilha de riscos entre as partes	444
26.7	A obtenção de receitas a partir do empreendimento	444
27	A multiplicidade de espécies de concessão de serviço público	444
28	Variações quanto ao objeto da concessão	444
28.1	Concessão exclusivamente de serviço público	445
28.2	Concessão de serviço público antecedida da execução de obra pública	445
28.3	Concessão de exploração de obra pública a ser edificada	445
28.4	A concessão da exploração de obras já existentes	446
29	As concessões próprias e as concessões impróprias	446
29.1	A concessão-descentralização	446
29.2	A concessão-convênio	448
29.3	A disciplina da Lei 11.107/2005	448
29.4	A exploração da concessão como atividade econômica	449
30	O pressuposto da concessão comum: a questão da rentabilidade econômica	449
30.1	A pertinência ao direito francês	449
30.2	O serviço público rentável	449
31	O contrato de concessão de serviço público	450
31.1	A natureza institucional-associativa da concessão	450
31.2	As competências anômalas do poder concedente	450
31.3	A garantia da intangibilidade da equação econômico-financeira	450
31.4	A participação dos usuários	450
32	O regime jurídico dos bens na concessão de serviço público	451
32.1	Os bens públicos afetados ao serviço público	451
32.2	Os bens privados afetados e reversíveis	451
32.3	Os bens privados afetados não reversíveis	452
32.4	Ainda a distinção entre bens reversíveis e não reversíveis	452
32.5	Inexistência ou irrelevância de bens reversíveis	453
32.6	A obrigatoriedade de oportunidade para a amortização dos custos	453
33	A remuneração dos serviços públicos concedidos	453
33.1	A controvérsia “taxa-tarifa”	454
33.2	O cabimento da remuneração por tarifa	454
33.3	A questão da inviabilidade de fruição individual do serviço	456
34	Receitas alternativas e exploração econômica intensiva	457
35	A tarifa e a partilha de encargos entre os usuários	458
35.1	Tarifa e expansão do serviço	458
35.2	Critérios político-sociais de fixação das tarifas	458
35.3	A tarifa social	459
35.4	A tarifa mínima	459
35.5	A tarifa extrafiscal	459
36	O regime jurídico da concessão de serviço público	460
36.1	A disciplina da prestação do serviço público concedido	460
37	A posição jurídica do poder concedente	460
37.1	A condição de parte no contrato	460
37.2	Os deveres-poderes do poder concedente	461
37.3	Deveres propriamente ditos em vista do concessionário	461

38	A posição jurídica do concessionário	462
	38.1 Relacionamento com o poder concedente.....	462
	38.2 Relacionamento com os usuários	462
	38.3 Relacionamento com terceiros	463
	38.4 A questão da interrupção dos serviços.....	463
	38.5 O serviço público em favor dos carentes de recursos.....	463
	38.6 A interrupção em virtude do inadimplemento do usuário.....	464
39	A posição jurídica dos usuários.....	465
	39.1 A posição dos usuários como uma categoria de sujeitos	465
	39.2 A posição dos usuários como fruidores do serviço.....	465
40	Intervenção do poder concedente na concessionária	465
	40.1 Prevalência do princípio da continuidade do serviço público	466
	40.2 A excepcionalidade da intervenção.....	466
	40.3 A intervenção como providência de cunho cautelar	466
	40.4 A formalização da intervenção	466
	40.5 A extinção da intervenção	466
41	A extinção da concessão de serviço público: efeitos	467
	41.1 Assunção do serviço pelo poder concedente	467
	41.2 Ocupação de instalações	467
	41.3 Reversão de bens	467
	41.4 Indenização ao concessionário por bens não amortizados ou depreciados...	467
	41.5 Extinção de garantias.....	468
42	Extinção por advento do termo contratual	468
43	Extinção por encampação	469
	43.1 Encampação e desapropriação	469
	43.2 A autorização legislativa para a encampação	469
	43.3 Providências prévias e devido processo legal.....	469
	43.4 O pagamento prévio da indenização	469
44	Extinção por caducidade	471
	44.1 A questão terminológica	471
	44.2 A definição legal de caducidade.....	472
	44.3 Natureza da sanção de caducidade	472
	44.4 Processo administrativo.....	472
	44.5 Desnecessidade de autorização legislativa.....	472
	44.6 Caducidade e direito a indenização	472
45	Extinção por rescisão fundada em inadimplemento do poder concedente	473
	45.1 Inadimplemento do Estado e indenização.....	473
	45.2 A questão da “exceptio non adimpleti contractus”	473
46	Extinção por anulação da outorga.....	473
47	Extinção por irregularidade da situação do concessionária	474
	47.1 A hipótese de falência do concessionário.....	474
	47.2 A extinção da pessoa jurídica do concessionário.....	474
	47.3 O falecimento ou incapacidade da pessoa física	474
	47.4 O regime jurídico correspondente	475
48	Extinção por distrato.....	475

49	Extinção por desaparecimento do objeto.....	475
50	Extinção por força maior.....	475
51	A extinção anômala da Lei 13.448/2017.....	476
52	A questão da prorrogação da concessão.....	476
	52.1 A disciplina da prorrogação.....	476
	52.2 A prorrogação como instrumento de recomposição da equação.....	476
	52.3 A prorrogação “antecipada” prevista em leis específicas.....	477
53	A adoção da arbitragem para composição de litígios.....	477
	53.1 As competências de natureza jurisdicional.....	477
	53.2 O momento da pactuação da arbitragem.....	477
	53.3 Pressupostos da pactuação da arbitragem.....	478
	53.4 Os limites da adoção da arbitragem.....	478
	53.5 A arbitragem na concessão.....	478
	53.6 A expressa autorização para a cláusula compromissória.....	478
	53.7 A disputa superada.....	478
	53.8 A regra do art. 31 da Lei 13.448/2017.....	479
	53.9 A Lei 14.133/2021.....	479
	53.10 A restrição imposta.....	480
	53.11 A relação entre Administração e árbitros (e câmara de arbitragem).....	480
54	As parcerias público-privadas.....	481
55	A concessão patrocinada.....	481
	55.1 A similaridade com a concessão comum.....	482
	55.2 As peculiaridades da concessão patrocinada.....	482
	55.3 As características das parcerias público-privadas.....	482
56	A concessão administrativa.....	482
	56.1 O objeto complexo.....	482
	56.2 Contratos versando sobre obra e prestações complementares.....	483
	56.3 Concessão patrocinada e serviço público.....	483
	56.4 A remuneração do parceiro privado.....	483
	56.5 A ausência de remuneração por parte do usuário.....	484
57	Regra gerais aplicáveis às PPPs.....	484
	57.1 Vedações legais.....	484
	57.2 A questão de PPP promovida pelo Poder Judiciário.....	484
	57.3 As PPPs promovidas pela Administração indireta.....	485
	57.4 A questão de consórcio interfederativo.....	485
	57.5 A remuneração subordinada à disponibilização da prestação.....	485
	57.6 A natureza da remuneração.....	485
	57.7 O regime de garantias.....	486
58	A permissão de serviço público.....	487
	58.1 A permissão como ato jurídico unilateral e precário.....	487
	58.2 A consagração do Estado Democrático de Direito.....	487
	58.3 A disputa sobre a natureza da permissão.....	487
	58.4 A obrigatoriedade de licitação.....	488
	58.5 A referência a contrato de adesão.....	488
	58.6 A questão do prazo.....	488

58.7	As práticas de desnaturação da permissão	488
58.8	A questão da licitação e dos direitos do permissionário.....	490
59	Autorização de serviço público.....	491
59.1	A utilização excepcional da autorização para o serviço público.....	491
59.2	O mascaramento de figura jurídica distinta.....	491
60	A concessão urbanística.....	491
60.1	A atribuição de encargos complexos	492
60.2	O modo de remuneração.....	492
61	Franquia empresarial.....	492
61.1	Configuração econômica da franquia.....	492
61.2	Utilização da franquia no âmbito de serviços públicos	493
61.3	A franquia de serviços postais.....	493

CAPÍTULO 13 – TIPOS DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: EXPLORAÇÃO DIRETA DE ATIVIDADE ECONÔMICA PELO ESTADO.....

495

1	Definição.....	495
1.1	O desempenho direto de atividade econômica propriamente dita.....	495
1.2	O capitalismo e a atuação econômica privada.....	495
1.3	A observância do regime de direito privado	496
1.4	O princípio da subsidiariedade.....	496
1.5	Ainda a questão da promoção dos direitos fundamentais.....	496
1.6	A exigência de autorização constitucional ou legislativa	496
2	As hipóteses de atuação direta do Estado no domínio econômico.....	497
3	Os casos previstos na Constituição.....	497
3.1	Atividade econômica e monopólio estatal.....	497
3.2	Monopólio estatal e serviço público	498
3.3	O regime de exploração	498
4	O imperativo de segurança nacional.....	498
4.1	O conceito de segurança nacional.....	498
4.2	O núcleo do conceito de segurança nacional	498
4.3	As atividades necessárias à segurança nacional.....	499
4.4	A relação entre segurança nacional e a atividade econômica.....	499
4.5	A incidência da proporcionalidade	500
4.6	A competência da União.....	500
5	O relevante interesse coletivo	500
5.1	A exigência de relevância.....	500
5.2	A configuração de conceito jurídico indeterminado	500
5.3	A multiplicidade de hipóteses.....	500
5.4	O princípio da subsidiariedade.....	500
6	A Lei 13.303/2016 e seu âmbito de aplicação.....	501
6.1	As considerações gerais do Capítulo 6.....	501
6.2	A questão da abrangência da Lei 13.303/2016	501
6.3	A evolução do Direito Comercial e o conceito de empresa	502
6.4	A Lei 13.303/2016 e a relevância do modo de organização	503
6.5	A constitucionalidade da solução.....	503

7	O regime jurídico previsto na Lei das Estatais.....	504
7.1	A eficácia da Lei e as estatais já existentes.....	504
7.2	A distinção sociedades privadas e sociedades estatais.....	504
7.3	Os riscos atinentes às sociedades estatais.....	504
7.4	A ausência de reflexo sobre o patrimônio privado.....	505
7.5	As medidas adotadas pela Lei 13.303/2016.....	505
8	A tutela à autonomia dos administradores.....	505
9	Ainda o combate à corrupção.....	505
10	A implementação de mecanismos de governança corporativa.....	506
11	A redução dos controles burocráticos.....	506
11.1	O regime próprio para contratação.....	506
12	O controle externo pelo Tribunal de Contas.....	508
13	A questão da finalidade lucrativa.....	508
13.1	A vedação à orientação exclusiva ou primordial ao lucro.....	508
13.2	A legitimidade da atuação lucrativa.....	508
13.3	A obrigatoriedade da atuação lucrativa.....	509
13.4	A atuação deficitária da sociedade estatal.....	510
14	O regime das estatais não empresárias.....	510
15	A participação minoritária em empresas privadas.....	510

CAPÍTULO 14 – TIPOS DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: A REGULAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL.....	511	
1	Regulação e regulamentação: distinções.....	511
1.1	Regulamentação.....	511
1.2	Regulação.....	511
2	Características da regulação econômico-social.....	511
2.1	A multiplicidade de atuações abrangidas.....	512
2.2	A natureza preponderantemente normativa.....	512
2.3	O processo regulatório contínuo e estável.....	512
2.4	A dimensão finalística da regulação.....	512
3	A regulação das atividades econômicas.....	512
3.1	A regra constitucional explícita e o conjunto das determinações.....	512
3.2	As peculiaridades da atuação regulatória.....	513
4	A regulação econômico-social.....	513
4.1	A proposta da autorregulação do mercado.....	513
4.2	A regulação exclusivamente econômica – a primeira “onda regulatória”.....	513
4.3	A regulação social – a segunda “onda regulatória”.....	515
4.4	A desregulação e a reregulação.....	515
5	A regulação como intervenção indireta.....	516
5.1	A regulação não se confunde com o dirigismo estatal.....	516
5.2	O Estado Regulador e o Estado de Providência.....	516
6	As peculiaridades do Estado Regulador.....	517
6.1	O âmbito de abrangência.....	517
6.2	A intervenção por meio da disciplina normativa.....	517
6.3	A superação da concepção puramente econômica.....	517
6.4	A atuação contínua e sistêmica.....	517

7	A disputa ideológica.....	518
7.1	As posições extremadas.....	518
7.2	A orientação moderada.....	518
7.3	A tutela estatal aos direitos fundamentais.....	518
8	Regulação e poder de polícia.....	518
9	A competência federativa.....	519
10	As agências reguladoras independentes.....	519
10.1	A alteração da organização estrutural do Estado.....	519
10.2	A adaptação do modelo estrangeiro à ordem jurídica nacional.....	519
10.3	A distinção dos modelos estadunidense e brasileiro.....	519
10.4	As agências reguladoras e agências executivas.....	520
10.5	A agência reguladora independente no direito brasileiro.....	520
11	A multiplicidade das agências reguladoras.....	521
11.1	Entidades tradicionais no direito brasileiro.....	521
12	A Lei das Agências Reguladoras (Lei Federal 13.848/2019).....	522
13	O regime jurídico das agências reguladoras independentes.....	522
13.1	As características jurídicas das agências reguladoras.....	522
13.2	Pessoa jurídica de direito público: autarquia.....	522
13.3	A ausência de revisibilidade das decisões da agência.....	523
13.4	A autonomia econômico-financeira.....	523
13.5	A competência regulatória setorial.....	523
14	Os dirigentes da agência reguladora.....	523
14.1	O número de cinco diretores.....	523
14.2	Investidura sem concurso público.....	523
14.3	Os requisitos para nomeação.....	523
14.4	O procedimento complexo de provimento dos cargos.....	524
14.5	Nomeação a prazo certo.....	524
14.6	Prazos não coincidentes.....	524
14.7	As hipóteses de perda do cargo.....	524
14.8	Afastamento da demissão como ato complexo.....	524
14.9	A vacância antecedente à nomeação e a substituição.....	525
15	Rejeição à crítica às garantias reconhecidas aos dirigentes de agências.....	525
15.1	O argumento da existência de duas categorias de cargos públicos.....	525
15.2	O argumento da infringência às competências do Presidente.....	525
15.3	A orientação adotada.....	526
16	As competências administrativas atribuídas à agência reguladora.....	526
17	A competência normativa das agências reguladoras independentes.....	526
17.1	A competência regulamentar do Chefe do Poder Executivo.....	527
17.2	A orientação jurisprudencial.....	527
17.3	A titularidade de competência discricionária.....	528
18	O instrumental jurídico da regulação.....	528
18.1	Os comandos normativos proibitivos e mandatórios.....	528
18.2	A competição.....	529
18.3	O consenso.....	529
18.4	O incentivo.....	530
18.5	Síntese.....	530

19	A produção da regulação	531
19.1	A decisão fundada em conhecimento técnico-científico especializado.....	531
19.2	A observância do devido processo.....	531
19.3	A observância de procedimento preparatório.....	532
19.4	A definição de políticas públicas.....	533
19.5	A exigência da Análise de Impacto Regulatório	534
19.6	A efetiva promoção da eficiência econômica.....	535
19.7	A exigência de consulta e audiência pública.....	535
20	A Lei de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019).....	537
20.1	Fundamentos constitucionais.....	537
20.2	Aplicação abrangente	537
20.3	As regras hermenêuticas fundamentais.....	537
20.4	A consagração do princípio da subsidiariedade.....	537
20.5	A declaração de direitos de liberdade econômica.....	537
20.6	A repressão ao abuso de poder regulatório.....	537
CAPÍTULO 15 – TIPOS DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: FOMENTO		539
1	Definição.....	539
1.1	A tentativa de influência sobre o uso de recursos econômicos	539
1.2	A preservação da autonomia de escolha.....	539
1.3	A premiação pela conduta desejável	539
1.4	O conteúdo da premiação	540
1.5	A finalidade buscada.....	540
2	A atuação regulatória diferenciada.....	540
2.1	O fundamento teórico: a formação das condutas humanas.....	540
2.2	A ilusão da racionalidade econômica absoluta.....	540
2.3	A relevância de fatores externos nas escolhas	541
3	A função promocional do direito (Bobbio).....	541
3.1	O direito de configuração repressiva	541
3.2	O direito de configuração promocional	541
3.3	O reconhecimento da insuficiência da atuação estatal.....	542
4	As manifestações concretas da função promocional.....	542
5	A função estatal promocional ou de fomento.....	542
5.1	A atuação indireta do Estado.....	542
5.2	A ausência de mera liberalidade.....	542
5.3	A exigência de contrapartidas (“encargos”).....	543
6	A conjugação de funções.....	543
7	O “Estado Fomentador”	543
7.1	Regulação e fomento.....	544
7.2	Os instrumentos jurídicos para o fomento.....	544
8	Os contratos de fomento	545
8.1	A identificação da figura.....	545
8.2	As garantias asseguradas ao particular.....	545
9	Sociedade com participação estatal minoritária	545
9.1	A participação estatal em empreendimento privado.....	545

9.2	Características	546
9.3	A insuficiência de providências comuns de fomento	546
9.4	Ausência de exercício de atividade administrativa	547
9.5	O desenvolvimento de um modelo de intervenção estatal	547
9.6	A autorização legislativa e o um interesse estatal relevante.....	547
9.7	O regime jurídico de direito privado e eventuais limitações.....	547
9.8	A orientação do TCU sobre a questão do controle.....	548
CAPÍTULO 16 – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESTADO: OS AGENTES PÚBLICOS		549
1	A teoria do órgão	549
1.1	A ausência de representação	549
1.2	As hipóteses abrangidas.....	549
2	A natureza funcional da atuação individual.....	550
3	A abrangência da expressão “agente estatal”	550
4	A estruturação organizacional da Administração Pública	550
4.1	A estrutura hierárquica.....	550
4.2	As competências próprias	550
5	A terminologia	550
6	A situação excepcional do funcionário de fato.....	551
7	Os agentes estatais com vínculo jurídico de direito privado	551
7.1	Os empregados das sociedades estatais.....	552
7.2	Agentes sem vínculo empregatício.....	552
7.3	Contratados durante a vigência da alteração do art. 39 da CF/1988.....	552
7.4	Os empregados das fundações com personalidade de direito privado	552
7.5	Os empregados de consórcios públicos.....	552
8	A alteração da redação do art. 39, <i>caput</i> , da CF/1988	553
8.1	A EC 19/1998 e a extinção do regime único.....	553
8.2	A decretação da inconstitucionalidade pelo STF	553
8.3	Os empregados públicos: contratação durante a vigência da alteração	553
9	Terminologia: empregados públicos e empregados estatais.....	553
10	Os agentes estatais com vínculo jurídico de direito público.....	554
11	Os agentes políticos.....	554
11.1	A dificuldade da identificação	554
11.2	A tese da investidura em mandato eletivo	554
11.3	A tese da submissão ao crime de responsabilidade.....	555
11.4	A variação em face da questão específica.....	555
12	O regime jurídico dos agentes políticos.....	555
12.1	O regime jurídico constitucional.....	555
12.2	A investidura	556
12.3	A extinção do vínculo	556
12.4	A condenação do Presidente da República por crime	556
12.5	O regime dos crimes de responsabilidade.....	557
12.6	A disciplina no âmbito federal (Lei 1.079/1950).....	557
12.7	A disciplina no âmbito estadual e distrital.....	557
12.8	A disciplina no âmbito municipal.....	558

13	Os agentes militares.....	558
	13.1 Abrangência da categoria.....	558
	13.2 As alterações da EC 18/1998.....	558
14	O regime jurídico dos militares.....	558
	14.1 Regime estatutário.....	559
	14.2 A promoção dos direitos fundamentais e da democracia.....	559
	14.3 A extensão de regras específicas do regime dos servidores públicos.....	559
	14.4 Vedações específicas.....	559
15	Classificação dos servidores públicos.....	559
	15.1 Classificação quanto à órbita federativa vinculada.....	560
	15.2 Classificação quanto ao poder estatal a que se vinculam.....	560
	15.3 Classificação quanto à titularidade de cargo público.....	560
16	Os servidores públicos titulares de cargo público.....	560
	16.1 A definição de cargo público.....	561
	16.2 A estruturação dos cargos públicos.....	561
	16.3 A criação por lei.....	561
	16.4 O conteúdo legislativo mínimo.....	561
	16.5 A iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.....	561
	16.6 O conteúdo do regime jurídico pertinente.....	561
	16.7 As garantias ao titular do cargo público.....	562
17	As espécies de cargos públicos quanto à investidura do ocupante.....	562
	17.1 Cargos de provimento efetivo e cargos em comissão.....	562
	17.2 Outras espécies de cargos públicos.....	562
	17.3 Cargos isolados e cargos de carreira.....	563
18	Os cargos de provimento efetivo.....	563
	18.1 A autonomia do exercício da função pública.....	563
	18.2 A garantia contra demissão imotivada.....	563
	18.3 Atributos do regime jurídico.....	564
19	O concurso público.....	565
	19.1 A competência para instaurar o concurso público.....	565
	19.2 A observância de um procedimento.....	565
	19.3 A comissão de concurso.....	565
	19.4 A atribuição a terceiro das atividades de seleção.....	566
20	O edital do concurso.....	566
	20.1 A competência para elaboração do edital.....	566
	20.2 A submissão à ordem jurídica.....	566
21	Concurso público e isonomia.....	566
	21.1 A vedação à discriminação arbitrária e injustificada.....	566
	21.2 A variação das condições em vista dos atributos do caso concreto.....	567
	21.3 Concurso público e impessoalidade.....	567
	21.4 As cautelas necessárias.....	567
	21.5 Circunstâncias subjetivas tuteladas pelo direito.....	568
22	Concurso público e publicidade.....	568
23	Requisitos de participação e impedimentos.....	568
	23.1 As atribuições do cargo.....	568

23.2	A observância do princípio da legalidade	569
23.3	A exigência de motivação	569
23.4	Requisitos de participação e aparência física	569
23.5	Requisitos de participação e requisitos de investidura.....	570
24	Os critérios de julgamento.....	571
24.1	Situações que comportam critérios rigorosamente objetivos.....	571
24.2	Situações que exigem avaliação de atributos subjetivos.....	571
24.3	A neutralização de preferências pessoais dos julgadores.....	571
25	Vícios do edital.....	572
26	A alteração do edital.....	572
27	A impugnação ao edital.....	572
27.1	A legitimidade para a impugnação	572
27.2	Identificação do defeito e solução aplicável	572
28	A eficácia vinculante do edital e a sua infração.....	573
28.1	Infração ao edital e nulidade.....	573
28.2	O interesse na preservação do concurso.....	573
29	A inscrição do interessado e a decisão administrativa.....	573
29.1	A competência vinculada.....	573
29.2	Efeitos do deferimento da inscrição do candidato.....	574
29.3	As implicações da participação no concurso	574
29.4	A ausência de direito adquirido ao regime jurídico.....	574
30	As provas	574
30.1	A prova de conhecimento.....	574
30.2	A prova “escrita”	574
30.3	A multiplicidade de provas “escritas”	575
30.4	A prova de conhecimento oral	575
30.5	As provas de aptidão específica	575
31	Os títulos.....	576
31.1	A proporcionalidade na exigência e avaliação.....	576
31.2	A tarifação dos títulos.....	577
31.3	A natureza classificatória.....	577
31.4	A vedação à desnaturação do concurso.....	577
32	A questão das condições psicológicas (teste psicotécnico).....	578
32.1	A incidência do princípio da legalidade	578
32.2	A imprestabilidade de formalidades superficiais.....	578
33	Desclassificação, reprovação, aprovação e classificação	578
33.1	A desclassificação.....	578
33.2	A reprovação.....	579
33.3	A aprovação	579
33.4	A classificação	579
34	O recurso contra o resultado do concurso	580
35	O Projeto de Lei de Normas Gerais	580
36	Controle jurisdicional do concurso.....	580
36.1	O cabimento da revisão judicial de ato administrativo	580
36.2	O problema da violação à isonomia	581

36.3	A vedação à substituição da banca pelo Poder Judiciário.....	581
36.4	A limitação do controle jurisdicional.....	581
36.5	A questão da consolidação de estado de fato.....	581
37	O prazo de validade do concurso.....	582
38	Aprovação no concurso e direito à nomeação.....	582
38.1	Os direitos do aprovado durante o prazo de validade.....	582
38.2	A atuação fraudatória da eficácia do concurso.....	582
38.3	A prevalência da moralidade e da eficiência.....	582
38.4	As ressalvas da jurisprudência do STF.....	583
38.5	Indenização por ausência indevida de nomeação.....	583
39	A reserva de cargos para pessoas portadoras de deficiência.....	584
39.1	As políticas de afirmação de direitos fundamentais.....	584
39.2	A disciplina legal.....	585
39.3	A vedação à inutilização da garantia.....	585
39.4	A reserva de vagas para afrodescendentes.....	585
40	Os cargos em comissão.....	585
40.1	A criação por lei.....	585
40.2	A natureza excepcional dos cargos em comissão.....	586
40.3	Cargo em comissão e função de confiança (função gratificada).....	586
40.4	A competência para provimento e exoneração de cargo em comissão.....	587
40.5	A discricionariedade quanto à investidura do sujeito.....	587
40.6	A evolução democrática.....	587
40.7	A restrição constitucional do art. 37, V.....	587
40.8	A restrição constitucional do art. 84, XIV.....	588
40.9	O procedimento especial de nomeação.....	588
40.10	Mandato a prazo certo e garantias contra exoneração.....	588
41	A vedação ao nepotismo.....	588
41.1	As Resoluções do CNJ.....	588
41.2	A Súmula Vinculante 13 do STF.....	589
41.3	A previsão do art. 11, XI, da Lei 8.429/1992.....	589
41.4	Cargos e funções de natureza política.....	589
41.5	A vedação a “designações recíprocas”.....	590
41.6	Os Decretos Federais.....	590
41.7	O provimento fundado em concurso público.....	590
41.8	Cargos públicos de provimento efetivo sem concurso.....	591
42	O provimento no cargo público.....	591
42.1	Competência para o provimento.....	591
42.2	O registro pelo Tribunal de Contas.....	591
42.3	Modalidades de provimento.....	592
42.4	Nomeação.....	592
42.5	Promoção.....	592
42.6	Readaptação.....	593
42.7	Reversão.....	593
42.8	Aproveitamento.....	593
42.9	Reintegração.....	593

42.10	Recondução	594
42.11	A vedação à reclassificação	594
43	Investidura, posse e exercício	594
43.1	Os resquícios do direito privado	594
43.2	A posse	594
43.3	A investidura	595
43.4	A restrição da posse ao provimento por nomeação	596
43.5	O exercício	596
44	O estágio probatório	596
44.1	A questão do prazo do estágio probatório	596
44.2	A finalidade do estágio probatório.....	597
44.3	A avaliação especial de desempenho	597
44.4	A proceduralização da avaliação no estágio probatório	597
44.5	A objetividade (possível) da avaliação.....	598
44.6	O procedimento de avaliação permanente	598
44.7	A competência discricionária	598
44.8	O entendimento da ausência de aptidão e capacidade	598
44.9	A possibilidade de demissão a qualquer tempo	599
44.10	O encerramento do estágio probatório.....	599
45	A estabilidade do servidor	599
45.1	O conteúdo da garantia da estabilidade	599
45.2	A avaliação periódica.....	599
45.3	A garantia de ampla defesa	599
45.4	A estabilidade e a efetividade.....	600
45.5	Provimento em cargo efetivo e estabilidade.....	601
45.6	A aquisição da estabilidade mediante avaliação prévia.....	601
46	A vitaliciedade	601
46.1	A aplicação limitada do instituto	601
46.2	Vitaliciedade e estabilidade.....	601
47	A acumulação de cargos públicos	602
47.1	A variação das circunstâncias	602
47.2	A incompatibilidade entre o exercício do cargo e qualquer outra atividade....	602
47.3	A possibilidade de acumulação do cargo com a atividade privada.....	603
47.4	A acumulação de cargos e empregos públicos	603
47.5	As hipóteses admitidas para a acumulação.....	603
47.6	A disciplina para a magistratura	604
47.7	A acumulação com proventos de aposentadoria.....	604
48	As características do regime jurídico estatutário	604
48.1	A natureza funcional da questão.....	605
48.2	Os limites da alteração	605
48.3	Alteração das competências atribuídas ao cargo.....	605
48.4	A alteração de direitos e deveres.....	605
49	A questão do direito adquirido.....	605
49.1	A figura do direito adquirido	606
49.2	O regime estatutário e o direito adquirido	606

49.3	O surgimento do direito adquirido no âmbito estatutário.....	607
49.4	A ausência de direito adquirido ao regime jurídico.....	607
49.5	A aquisição de direitos condicionados a eventos continuados.....	607
49.6	Os direitos e os deveres não condicionados	608
50	Os deveres do servidor público	608
50.1	A aplicação do princípio da legalidade.....	608
50.2	A rejeição à teoria da sujeição especial.....	609
50.3	A tradução dos deveres por ato administrativo geral	609
50.4	A definição dos deveres como garantia do cidadão	609
50.5	Deveres de meio e deveres de resultado.....	609
50.6	Deveres de meio e a realização dos fins da Administração Pública	610
51	Elenco dos deveres de meio	611
51.1	Dever de presença física (assiduidade)	611
51.2	Dever de cortesia.....	611
51.3	Dever de obediência.....	611
51.4	Dever de diligência (dedicação e produtividade).....	612
51.5	Dever de lealdade	612
51.6	Dever de impessoalidade.....	612
52	A vedação à atuação em conflito de interesses.....	612
52.1	O conflito de interesses no âmbito da União	613
52.2	Impedimento e suspeição.....	613
52.3	Impedimento e investidura no cargo.....	613
52.4	Conflito configurado posteriormente à investidura	614
52.5	Impedimento circunstancial	614
52.6	Conflito com interesses de segmentos estatais.....	614
52.7	Conflito de interesse e inimizade	614
53	Os direitos e as garantias do servidor público.....	614
54	Deveres-poderes	615
54.1	Posse e início de exercício	616
54.2	Exercício das competências e atribuições (funções do cargo).....	616
54.3	Dever-poder de defesa das instituições e do direito.....	616
55	Direitos fundamentais	616
56	Direitos patrimoniais.....	616
57	Direitos não patrimoniais.....	616
57.1	Direito à greve.....	617
57.2	Direito à sindicalização	617
57.3	Direito ao devido processo legal	617
57.4	Direito a condições materiais adequadas ao exercício das funções.....	618
57.5	Direito à progressão funcional.....	618
57.6	Direito a férias.....	618
58	A remuneração	618
58.1	A composição da remuneração.....	618
58.2	O subsídio	619
59	A sistemática das vantagens pecuniárias.....	620
59.1	As indenizações.....	620

59.2	A distinção entre adicionais e gratificações.....	620
59.3	Os adicionais	620
59.4	As gratificações.....	621
59.5	As retribuições	621
59.6	A sistemática de cálculo das vantagens pecuniárias.....	621
59.7	A incorporação das vantagens pecuniárias.....	621
59.8	As vantagens incorporáveis e as não incorporáveis.....	621
60	As indenizações.....	622
60.1	A multiplicidade das hipóteses	622
60.2	As indenizações continuadas e as indenizações eventuais	622
60.3	A observância da legalidade.....	623
60.4	A determinação do montante	623
60.5	A exclusão do limite remuneratório	623
61	Princípios norteadores da remuneração dos servidores.....	623
61.1	O princípio da estrita legalidade	623
61.2	O princípio da irredutibilidade da remuneração.....	624
61.3	O princípio da revisão anual.....	624
61.4	A observância do teto remuneratório.....	625
61.5	Impossibilidade de remuneração inferior ao salário mínimo.....	625
61.6	A publicidade do valor da remuneração.....	625
62	A limitação da despesa com pessoal permanente	625
62.1	As restrições de nível constitucional.....	625
62.2	Requisitos para a elevação de despesas com pessoal	626
62.3	Suspensão de repasses de verbas federais	626
62.4	Redução de despesas.....	626
62.5	A exoneração de servidores não estáveis.....	626
62.6	A exoneração do cargo de servidores estáveis.....	626
63	As restrições constantes da Lei Complementar 101/2000.....	628
63.1	A definição de despesa total com pessoal	628
63.2	A definição dos limites.....	628
63.3	A nulidade da elevação das despesas com pessoal.....	628
63.4	A nulidade da elevação de despesa em final de mandato.....	629
63.5	A coexistência com as regras da Lei 9.504/1997.....	629
63.6	A eventual necessidade	629
63.7	A satisfação de direito adquirido, ato perfeito ou ordem judicial.....	629
63.8	A questão dos concursos públicos	630
63.9	As demais providências de redução de despesa	630
63.10	A recondução das despesas com pessoal aos limites.....	630
63.11	Os dispositivos suspensos pelo STF	630
64	Os limites remuneratórios individuais.....	631
64.1	A vedação à vinculação ou equiparação por lei.....	631
64.2	A remuneração do Executivo como teto para os cargos semelhantes	631
64.3	O limite máximo remuneratório individual.....	631
64.4	Tetos nas demais esferas federativas.....	633
64.5	Efeito do teto.....	633

65	Institutos jurídicos específicos da carreira funcional.....	634
	65.1 Progressão funcional.....	634
	65.2 Remoção.....	634
	65.3 Redistribuição.....	635
	65.4 Licença.....	635
	65.5 Afastamento.....	637
	65.6 Disponibilidade.....	637
66	A vacância do cargo.....	639
	66.1 A produção da vacância.....	639
	66.2 A vacância do cargo em virtude da extinção do vínculo.....	640
	66.3 A exoneração (art. 33, I, Lei 8.112/1990).....	640
	66.4 A perda do cargo do servidor estável.....	641
	66.5 A demissão (art. 33, II, Lei 8.112/1990).....	641
	66.6 A anulação do ato de investidura.....	641
	66.7 A aposentadoria (art. 33, VII, Lei 8.112/1990).....	642
	66.8 O falecimento (art. 33, IX, Lei 8.112/1990).....	642
	66.9 A vacância do cargo em virtude da modificação do vínculo com o sujeito....	642
67	A aposentadoria do servidor público.....	643
	67.1 Os efeitos jurídicos da aposentadoria.....	643
	67.2 O “regime próprio de previdência social”.....	643
	67.3 As espécies de aposentadoria.....	643
	67.4 O ato administrativo de aposentadoria.....	644
	67.5 A configuração de ato jurídico unilateral ou de fato jurídico.....	644
	67.6 A ausência de configuração de ato administrativo complexo.....	644
	67.7 A demora na edição do ato administrativo de aposentadoria.....	645
68	O regime jurídico da aposentadoria.....	645
	68.1 A ausência de direito adquirido a regime jurídico de aposentadoria.....	645
	68.2 O preenchimento dos requisitos e o surgimento do direito adquirido.....	645
	68.3 A adoção de regras de transição.....	646
	68.4 A previsão de tratamento isonômico (art. 40, § 4.º).....	646
	68.5 A EC 103/2019 e a desconstitucionalização da disciplina.....	646
	68.6 As regras da EC 103/2019 com eficácia de lei ordinária.....	646
	68.7 A unicidade do regime próprio de previdência social (art. 40, §§ 20 e 22).....	647
69	Os proventos de aposentadoria – normas gerais da Constituição.....	647
	69.1 Os princípios da solidariedade e da contributividade.....	647
	69.2 A exigência de equilíbrio (art. 195, § 5.º).....	647
	69.3 Aplicação supletiva do Regime Geral de Previdência Social (art. 40, § 12).....	647
	69.4 A disciplina constitucional do tempo de contribuição.....	647
70	Os proventos de aposentadoria – normas específicas da Constituição.....	648
	70.1 A contribuição do sujeito ao longo do exercício da função pública.....	648
	70.2 A contribuição previdenciária.....	648
	70.3 A base de cálculo da contribuição previdenciária.....	648
	70.4 A fixação dos proventos de aposentadoria.....	648
	70.5 A remessa à disciplina infraconstitucional (art. 40, § 3.º).....	648
	70.6 A disciplina para a União.....	649

70.7	Os limites quanto ao valor dos proventos (art. 40, § 2.º).....	649
70.8	Cálculo baseado no valor atualizado das contribuições (art. 40, § 17).....	649
70.9	A contagem recíproca (art. 40, § 9.º).....	649
70.10	A vedação à contagem de tempo de contribuição fictício (art. 40, § 10)	650
70.11	A questão do reajuste periódico do valor dos proventos (art. 40, § 8.º).....	650
70.12	A vedação à vinculação com a remuneração dos cargos.....	650
71	A contribuição previdenciária incidente sobre proventos.....	651
72	A vedação à acumulação de proventos (art. 40, § 6.º).....	651
72.1	A incidência das normas do Regime Geral de Previdência Social	651
72.2	A preservação das situações consolidadas.....	651
73	O sistema de previdência complementar (art. 40, §§ 14 a 16).....	652
73.1	A remuneração adicional.....	652
73.2	A situação dos servidores anteriores	652
74	A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho (art. 40, § 1.º, I)...	652
74.1	A ocorrência de evento superveniente	652
74.2	A incapacidade permanente	653
74.3	A avaliação periódica da incapacidade.....	653
74.4	A questão da readaptação.....	653
74.5	Decretação a pedido ou de ofício	653
74.6	A fixação dos proventos.....	653
75	A aposentadoria compulsória (art. 40, § 1.º, II).....	654
75.1	Atingimento da idade limite.....	654
75.2	A alteração da disciplina original da Constituição.....	654
75.3	A não aplicação a outras categorias de agentes públicos.....	654
75.4	A fixação dos proventos.....	655
76	A aposentadoria voluntária (art. 40, § 1.º, III).....	655
76.1	A questão da idade mínima	655
76.2	A disciplina diferenciada para hipóteses específicas (art. 40, §§ 4.º-A, 4.º-B e 4.º-C)	656
76.3	Incentivo à permanência em atividade (art. 40, § 19).....	656
77	Os requisitos da aposentadoria voluntária no âmbito da União.....	656
77.1	Os requisitos mínimos (art. 10).....	656
78	O regime transitório das emendas constitucionais	657
78.1	A revogação das regras transitórias e os direitos adquiridos.....	657
78.2	O regime transitório da EC 41/2003.....	657
78.3	Regime especial alternativo (EC 47/2005).....	658
78.4	As regras transitórias previstas na EC 103/2019.....	658
79	A pensão por morte e outros benefícios previdenciários pecuniários.....	659
79.1	A disciplina do art. 40, § 7.º, da CF/1988.....	659
79.2	A disciplina para o âmbito da União.....	660
80	A competência jurisdicional para litígios.....	660
81	O controle de constitucionalidade da modificação do regime jurídico.....	660
82	Os empregados públicos.....	660
82.1	Definição	661
82.2	As funções atribuíveis aos empregados públicos.....	661

83	O regime jurídico do emprego público.....	662
	83.1 As regras gerais.....	662
	83.2 A exigência da contratação mediante concurso público.....	662
	83.3 Os deveres.....	662
	83.4 Os direitos.....	663
	83.5 A demissão.....	663
84	Os servidores com regime jurídico especial.....	663
85	A responsabilidade administrativa.....	665
	85.1 Definição	665
	85.2 O regime jurídico da ilicitude funcional e do seu sancionamento.....	666
	85.3 Incidência do regime de direito penal	666
	85.4 Incidência do princípio da legalidade	667
	85.5 A questão da culpabilidade.....	667
	85.6 A incidência do princípio da proporcionalidade.....	668
	85.7 A incidência da garantia do devido processo legal	668
	85.8 A definição dos ilícitos e das sanções por meio da lei local	668
86	O ilícito funcional.....	669
87	A sanção administrativa funcional.....	669
	87.1 Definição	669
	87.2 Natureza punitiva.....	669
	87.3 Finalidade preventiva	669
	87.4 A incidência do princípio da legalidade	670
	87.5 A imposição na via administrativa	670
	87.6 A garantia do devido processo	670
	87.7 A competência para impor a sanção	670
88	A disciplina sancionatória da Lei 8.112/1990.....	671
	88.1 A remessa ao Capítulo 8.....	671
	88.2 A independência das instâncias e responsabilidades.....	671
	88.3 O elenco das sanções e a proporcionalidade	671
	88.4 A sanção de advertência.....	672
	88.5 A sanção de suspensão.....	672
	88.6 A sanção de demissão	673
	88.7 Especificação legal dos pressupostos.....	673
	88.8 A demissão como efeito da condenação penal.....	673
	88.9 A sanção de cassação da aposentadoria ou disponibilidade.....	673
	88.10 A sanção de destituição do cargo em comissão	673
	88.11 A sanção de destituição da função gratificada.....	674

CAPÍTULO 17 – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESTADO: OS BENS PÚBLICOS 675

1	Bens públicos e direitos fundamentais	675
	1.1 A exclusão do domínio privado	675
	1.2 Os fundamentos da publicização dos bens	675
	1.3 O enquadramento do bem público no contexto constitucional.....	676
	1.4 O regime jurídico de direito público.....	676

2	O afastamento de concepções tradicionais	676
2.1	A concepção do privilégio: o domínio eminente.....	676
2.2	As concepções individualistas anteriores à CF/1988	676
3	O regime jurídico norteado pelos direitos fundamentais	677
3.1	A eventual exploração de potencialidade econômica.....	677
3.2	A vedação a ociosidade dos bens públicos.....	677
3.3	A função social dos bens públicos.....	677
3.4	A proteção necessária	677
3.5	A exploração compatível com as peculiaridades.....	678
4	Os regimes jurídicos dos bens públicos.....	678
4.1	A pluralidade de regimes de bens públicos.....	678
4.2	A variação em função da destinação dos bens.....	678
4.3	A inaplicabilidade de conceitos de direito privado.....	679
4.4	A rejeição à teoria da dupla órbita patrimonial.....	679
4.5	A rejeição à teoria do domínio eminente.....	679
5	As classificações dos bens públicos.....	680
5.1	As classificações segundo critérios genéricos.....	680
5.2	A classificação do Código Civil.....	680
5.3	Síntese	681
6	Os bens de uso comum do povo.....	681
6.1	A concepção original e a evolução verificada.....	681
6.2	Bem de uso comum tem natureza imobiliária ou mobiliária.....	681
6.3	O critério de identificação	682
6.4	A relação de propriedade sobre o bem público	682
6.5	A titularidade dos entes políticos.....	682
6.6	A questão da posse de bens de uso comum do povo.....	683
6.7	Competência para disciplinar o uso do bem de uso comum.....	683
6.8	Competência para fiscalizar o uso dos bens de uso comum.....	684
7	Os bens de uso especial.....	684
7.1	O critério de identificação	684
7.2	A destinação de utilização do bem de uso especial	685
7.3	A titularidade do bem de uso especial	685
7.4	Titularidade por entes políticos e da Administração indireta	685
7.5	O uso e a fruição dos bens de uso especial.....	686
8	O instituto da afetação.....	686
8.1	A afetação e as diversas espécies de bens públicos	686
8.2	O aperfeiçoamento da afetação.....	686
8.3	A interpretação conforme para o art. 35 da Lei de Desapropriações	687
8.4	A desafetação.....	687
9	Os bens dominicais	688
9.1	O critério de excludência.....	688
9.2	Os bens explorados para fins econômicos.....	689
9.3	Afetação e desafetação.....	689
9.4	A propriedade estatal e o uso e fruição dos bens dominicais.....	689

9.5	As diferentes órbitas federativas e os bens dominicais	690
9.6	A alienação dos bens dominicais	690
10	Regime dos bens públicos.....	691
10.1	A restrição à alienação	691
10.2	Impenhorabilidade.....	691
10.3	Imprescritibilidade.....	691
10.4	Constituição de “direito real” sobre bens públicos	692
11	O uso do bem público pelo particular	692
11.1	As regras gerais pertinentes.....	692
11.2	A eventual restrição ao uso do bem comum.....	692
11.3	O uso ordinário ou extraordinário dos bens comuns.....	693
12	A fruição extraordinária ou anormal do bem público.....	693
12.1	A determinação da extraordinariedade	693
12.2	Uso anormal e uso ilícito.....	693
12.3	A pluralidade de regimes jurídicos	694
13	A remuneração pelo uso de bem público.....	694
13.1	A exigência de remuneração e o fim a realizar	694
13.2	A remuneração compensatória	695
13.3	A remuneração pelo uso anormal.....	695
13.4	A remuneração com cunho regulatório	695
13.5	A remuneração com finalidade redistributiva.....	695
14	Regime jurídico da remuneração.....	696
14.1	A legalidade	696
14.2	A isonomia.....	696
14.3	A proporcionalidade.....	696
14.4	A natureza jurídica da remuneração	696
15	A fruição exclusiva dos bens públicos imóveis por particulares.....	698
15.1	Os institutos de direito público	698
15.2	Os institutos de direito privado	698
15.3	Os aforamentos da Lei 9.636/1998.....	699
16	A autorização de uso de bem público.....	700
16.1	A competência discricionária	700
16.2	A natureza precária e a questão do prazo determinado.....	701
16.3	A revogabilidade a qualquer tempo.....	701
17	A permissão de uso de bem público	701
17.1	A distinção entre autorização e permissão	702
17.2	A questão da licitação	702
17.3	A irrelevância da denominação formal.....	702
18	A concessão de uso de bem público.....	704
18.1	Contrato administrativo de natureza bilateral	704
18.2	A exigência de licitação.....	704
18.3	A finalidade do uso pelo particular.....	704
18.4	Concessão de uso e concessão de serviço público.....	704
18.5	A questão da denominação	705
18.6	A distinção entre concessão e permissão de uso de bem público.....	705

19	Instrumentos substitutivos da alienação de bem público: direito real limitado.....	706
	19.1 A finalidade buscada.....	706
	19.2 A utilização para fins de interesse privado.....	706
	19.3 A transitoriedade da solução.....	707
	19.4 Concessão de direito real de uso.....	707
	19.5 Concessão de uso especial para moradia.....	707
20	As terras devolutas	708
	20.1 A origem do instituto	708
	20.2 A Lei de Terras de 1850 e as terras “devolvidas”	709
	20.3 Terras devolutas e terras ocupadas por indígenas.....	710
	20.4 O regime jurídico original das terras devolutas	710
	20.5 O regime jurídico atual das terras devolutas	711
	20.6 O partilhamento entre os entes políticos.....	712
	20.7 A discriminação das terras devolutas.....	712
	20.8 As terras devolutas na faixa de fronteira	713
21	Águas públicas.....	714
	21.1 As competências regulatórias	714
	21.2 As funções desempenhadas pelas águas.....	715
	21.3 A disciplina constitucional.....	715
	21.4 A disciplina da Lei 9.433/1997	716
	21.5 A disciplina do Código Civil	716
	21.6 A questão da propriedade privada sobre água	716
22	O mar territorial.....	717
	22.1 O regime jurídico do mar territorial.....	717
	22.2 A zona econômica exclusiva.....	718
	22.3 A plataforma continental	718
23	Potenciais de energia hidráulica.....	718
	23.1 A dissociação consagrada na Constituição.....	718
	23.2 A exploração do potencial de energia hidráulica.....	718
	23.3 Bens de uso especial ou de uso comum do povo.....	718
24	Os terrenos de marinha.....	719
	24.1 A variação física da preamar média	719
	24.2 A titularidade da União	719
	24.3 A demarcação dos terrenos de marinha	719
	24.4 A competência municipal	719
	24.5 A enfitese ou aforamento do terreno de marinha	720
25	Os terrenos acrescidos de marinha.....	721
26	As praias marítimas.....	721
	26.1 A conceituação de praia	721
	26.2 A distinção entre praia marítima e terreno de marinha	721
	26.3 A eventual utilização da praia para uso especial	722
27	Os terrenos reservados ou ribeirinhos	722
28	As ilhas	723
29	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	723
	29.1 A regra constitucional.....	723

29.2	A exploração de recursos econômicos	723
29.3	A demarcação	724
29.4	A questão da data-base da identificação das terras indígenas.....	724
30	Jazidas e minas.....	724
30.1	A dissociação da titularidade do solo e das jazidas	724
30.2	A questão da exploração dos recursos minerais	724
30.3	O regime comum.....	725
30.4	O regime monopolístico.....	725
30.5	A regulação setorial.....	727
30.6	A regulação da política energética nacional	727
30.7	A regulação atinente aos demais minerais	727
30.8	A participação dos entes federados.....	727
31	Sítios arqueológicos e pré-históricos.....	728
32	Cavidades naturais subterrâneas	728
33	Flora e florestas	728
33.1	As normas constitucionais	728
33.2	As normas infraconstitucionais.....	729
33.3	A gestão de florestas públicas	729
34	Fauna	729
34.1	Animais criados em cativeiro.....	730
34.2	Animais silvestres	730
35	Espaço aéreo	730
36	Os espectros de radiofrequência.....	731
36.1	A utilização do espectro de radiofrequência para radiodifusão.....	731
36.2	A configuração de recurso escasso.....	731
36.3	A competência regulatória da União.....	732
36.4	A classificação do espectro de radiofrequência	732
36.5	A exploração por particulares	732
37	Patrimônio genético	732
37.1	A disciplina infraconstitucional	732
37.2	A questão dos organismos geneticamente modificados (OGM).....	733
38	O patrimônio das entidades administrativas de direito privado.....	733
38.1	O patrimônio das prestadoras de serviço público e entidades de suporte ...	733
38.2	O patrimônio das entidades exploradoras de atividade econômica	734

CAPÍTULO 18 – O CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA..... 737

1	O significado da expressão controle.....	737
2	Os mecanismos sociais e o controle da atividade estatal	738
2.1	A relação entre participação social e atividade estatal.....	738
2.2	O controle social intenso	738
2.3	Os institutos jurídicos formais.....	738
3	Considerações prévias sobre a situação brasileira	738
3.1	A ineficiência da disciplina jurídica.....	738
3.2	A opção de elevação da intensidade dos mecanismos de controle	739

3.3	Os efeitos indesejados.....	739
3.4	A superveniência da Lei 13.655/2018.....	739
4	A disciplina constitucional.....	739
4.1	A previsão do art. 70 da CF/1988.....	739
4.2	Os aspectos da atividade administrativa objeto de controle.....	739
4.3	O controle de legalidade.....	740
4.4	O controle de legitimidade.....	740
4.5	O controle de economicidade.....	740
4.6	O controle da aplicação de subvenções e de renúncia a receitas.....	740
4.7	Ausência de competência para substituir-se ao órgão competente.....	740
4.8	As finalidades do controle.....	741
5	A sistematização didática do controle.....	741
5.1	O controle estatal quanto à natureza da atividade estatal controlada.....	741
5.2	O controle estatal quanto ao sujeito titular da competência.....	741
5.3	O controle estatal quanto à natureza jurídica dos atos de controle.....	741
5.4	O controle estatal quanto à posição do órgão de controle.....	742
5.5	O controle estatal quanto ao momento temporal de seu exercício.....	742
5.6	O controle quanto à natureza da atividade controlada.....	742
6	O controle interno da atividade administrativa.....	743
6.1	A configuração de competência jurídica.....	743
6.2	Exercício no âmbito interno do próprio Poder.....	743
6.3	A procedimentalização.....	743
6.4	O momento do controle em face da atividade controlada.....	744
6.5	A amplitude do controle interno.....	744
6.6	Controle interno e atividade administrativa.....	744
6.7	Controle interno e a Administração indireta.....	744
6.8	As falhas objeto de controle.....	744
6.9	A finalidade do controle interno.....	745
6.10	Controle interno e homologação.....	745
7	A competência para o exercício do controle interno.....	746
7.1	A competência genérica de controle interno.....	746
7.2	A competência orgânica específica de controle interno.....	746
7.3	O controle exercitado de ofício.....	747
7.4	O controle por provocação de particulares.....	747
8	O controle externo da atividade administrativa.....	747
8.1	A natureza específica do controle externo.....	747
8.2	As modalidades de controle externo.....	748
8.3	Controle externo não judicial e de natureza administrativa.....	748
8.4	Controle externo e separação de Poderes.....	748
8.5	Limites da atividade de controle.....	749
8.6	A competência constitutiva negativa.....	749
8.7	A competência condenatória.....	749
9	O controle do mérito do ato administrativo discricionário.....	750
9.1	A competência discricionária.....	750
9.2	O mérito do ato administrativo.....	750

9.3	O controle da competência discricionária.....	750
9.4	O controle em vista das circunstâncias da atuação do agente controlado.....	751
9.5	A jurisprudência judicial.....	751
10	O controle externo a cargo do Poder Legislativo.....	752
10.1	O julgamento anual das contas (art. 49, IX, CF/1988).....	752
10.2	A fiscalização direta dos atos do Poder Executivo (art. 49, X, CF/1988).....	752
10.3	A convocação para prestar informações (art. 50, CF/1988).....	753
10.4	A fiscalização de certos atos administrativos (art. 49, XII, CF/1988).....	753
10.5	As Comissões Parlamentares de Inquérito (art. 58, § 3.º, da CF/1988).....	753
11	Os Tribunais de Contas.....	754
11.1	A natureza das atribuições próprias e privativas do Tribunal de Contas.....	754
11.2	A composição do Tribunal de Contas da União.....	754
11.3	O regime jurídico equivalente ao da magistratura.....	754
11.4	Os Tribunais de Contas dos demais entes federativos.....	755
12	O regime jurídico das decisões do Tribunal de Contas.....	755
12.1	A organização permanente e a forma processual.....	755
12.2	A condição de Poder autônomo.....	755
12.3	A ausência de submissão ao Congresso Nacional.....	756
12.4	O controle jurisdicional dos atos do Tribunal de Contas.....	756
12.5	A independência das instâncias.....	756
13	As competências próprias e privativas do Tribunal de Contas.....	756
13.1	A amplitude do controle pelo Tribunal de Contas (artigos 70 e 71, CF/1988).....	756
13.2	O registro de atos (art. 71, III).....	757
13.3	A fiscalização da regularidade dos atos.....	758
13.4	A sustação da execução de ato impugnado (art. 71, IX e X e §§ 1.º e 2.º).....	759
13.5	A incidência dos institutos fundamentais.....	761
14	Os limites da atuação do Tribunal de Contas em face de terceiro.....	761
14.1	O controle direto.....	761
14.2	O controle indireto.....	761
14.3	A observância do devido processo legal.....	762
14.4	A decretação de medidas de indisponibilidade patrimonial.....	763
14.5	A disputa sobre a pronúncia de inconstitucionalidade.....	764
15	O controle externo a cargo do Ministério Público.....	766
15.1	A competência para o inquérito civil público.....	766
15.2	A ausência de competência mandamental.....	766
16	O controle externo da atividade administrativa pelo Poder Judiciário.....	766
16.1	O princípio dispositivo.....	766
16.2	As duas modalidades de controle do ato administrativo.....	766
16.3	A pluralidade de instrumentos de controle jurisdicional.....	767
17	A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	767
17.1	A previsão constitucional.....	767
17.2	A competência jurisdicional.....	767
17.3	A preservação de valores constitucionais fundamentais.....	768

17.4	A utilização para controle de atividade administrativa.....	768
17.5	Legitimidade ativa e passiva.....	768
18	O mandado de segurança individual (CF/1998, art. 5.º, LXIX).....	768
18.1	Previsão constitucional.....	769
18.2	Mandado de segurança individual e coletivo.....	769
18.3	O provimento jurisdicional.....	769
18.4	A questão do direito líquido e certo.....	769
18.5	A repressão à ilegalidade ou ao abuso de poderes.....	771
18.6	Exercício defeituoso de competência vinculada.....	771
18.7	Exercício defeituoso de competência discricionária.....	771
18.8	Questionamento a ação ou omissão.....	772
18.9	O ato de autoridade.....	772
19	Mandado de segurança individual e requisitos de legitimidade.....	772
19.1	Legitimidade ativa.....	772
19.2	Legitimidade passiva.....	773
19.3	O destinatário do provimento jurisdicional.....	773
19.4	A eventual condição não estatal da pessoa jurídica.....	774
19.5	Legitimidade passiva e incompetência para o ato impetrado.....	774
19.6	A ilegitimidade do mero executor do ato.....	774
19.7	O litisconsórcio passivo.....	774
20	Interesse de agir.....	775
20.1	A indicação de ação ou omissão lesivas.....	775
20.2	Tutela preventiva.....	775
21	Descabimento de segurança.....	775
21.1	Ato sujeito a recurso com efeito suspensivo.....	775
21.2	Ato judicial sujeito a recurso com efeito suspensivo.....	777
21.3	Decisão judicial transitada em julgado.....	777
21.4	Outras hipóteses de restrição ao mandado de segurança.....	777
21.5	A questão do ato disciplinar.....	778
22	Ainda o interesse de agir.....	778
23	Pressupostos processuais.....	779
23.1	A questão da competência jurisdicional.....	779
23.2	A questão da competência territorial.....	780
23.3	O prazo para impetração.....	780
23.4	A disciplina sobre a forma da impetração.....	780
23.5	A questão da instrução da inicial.....	781
24	A decisão do mandado de segurança.....	781
24.1	A concessão liminar da ordem.....	781
24.2	O afastamento da vedação à concessão liminar da ordem.....	782
24.3	A decisão extintiva do processo.....	782
24.4	A tipificação penal do descumprimento.....	783
24.5	A desistência do impetrante após prolação da sentença.....	784
25	A suspensão da execução de liminar ou sentença.....	784
25.1	A previsão legal.....	785
25.2	A inconstitucionalidade da figura.....	785

25.3	A legitimidade ativa	785
25.4	O conteúdo da decisão	785
26	O mandado de segurança coletivo	786
26.1	Distinção entre mandado de segurança individual e coletivo	786
26.2	Os direitos coletivos transindividuais	786
26.3	Os direitos coletivos individuais homogêneos	787
26.4	Mandado de segurança coletivo e litisconsórcio ativo	787
26.5	Variações quanto às condições da ação e pressupostos processuais	787
26.6	A inconstitucionalidade do § 2.º do art. 22 da Lei 12.016/2009	787
26.7	A questão da legitimidade ativa	787
26.8	Impetração por sindicato, entidade de classe ou associação	788
26.9	Ainda o interesse de agir: a questão do conflito interno de interesses	788
26.10	Ainda a questão da tutela a direitos subjetivos	789
27	A sentença do mandado de segurança coletivo	789
27.1	Extensão dos efeitos da coisa julgada	789
27.2	Ausência de configuração de litispendência	789
28	A ação popular	789
28.1	A garantia constitucional	789
28.2	O controle objetivo	790
28.3	Provimento jurisdicional constitutivo negativo	790
28.4	O questionamento a ato comissivo	790
28.5	A inadequação para controle de constitucionalidade em abstrato	790
28.6	Ato praticado no exercício de competência administrativa	790
28.7	A lesão ao patrimônio público	791
28.8	A infração à moralidade administrativa	791
28.9	A proteção do meio ambiente, da cultura e da história	791
28.10	O elenco de defeitos dos atos administrativos e a LINDB	791
28.11	Os requisitos quanto à legitimidade para a ação popular	792
28.12	Interesse de agir	793
28.13	A funcionalização da autoria da ação popular	794
28.14	O prazo de prescrição	794
28.15	A instrução da inicial	794
28.16	A questão da competência jurisdicional	794
28.17	A questão da competência territorial	795
28.18	Algumas questões processuais	795
28.19	A suspensão liminar do ato	795
28.20	O prazo de contestação	795
28.21	A sentença de procedência	796
28.22	A sentença de improcedência	796
29	A ação civil pública	796
29.1	A previsão constitucional	797
29.2	O provimento jurisdicional pleiteado	797
29.3	O controle objetivo	797
29.4	As hipóteses de cabimento da ação civil pública	798
29.5	Descabimento da ação civil pública	798

29.6	A questão da legitimidade ativa	798
29.7	A disputa entre representação e substituição processual.....	799
29.8	A transferência da condição de autor no curso do feito.....	800
29.9	Legitimidade passiva.....	800
29.10	Interesse de agir	800
29.11	Legitimação ativa e âmbito de competência.....	800
29.12	Vínculo de pertinência	800
29.13	O inquérito civil	801
29.14	O termo de ajustamento de conduta (TAC).....	801
29.15	A solução do art. 26 da LINDB.....	801
29.16	Normas processuais.....	801
30	O sancionamento da improbidade administrativa	803
30.1	O fundamento constitucional e a disciplina legislativa.....	803
30.2	Identificação da figura jurídica da improbidade.....	803
30.3	A improbidade e a cumulação processual.....	804
30.4	A intervenção obrigatória do Poder Judiciário.....	804
30.5	A competência legislativa federal	804
30.6	A questão da cumulação das sanções penais.....	805
30.7	O regime jurídico aplicável.....	805
30.8	A previsão explícita do § 4.º do art. 1.º da LIA.....	805
31	O agente ativo do ilícito de improbidade.....	805
31.1	O conceito amplo de agente público	806
31.2	O vínculo com entidade beneficiária de recursos públicos.....	806
31.3	Síntese	806
31.4	A punibilidade do terceiro (sujeito privado).....	806
31.5	A desconsideração da pessoa jurídica	807
31.6	O afastamento do “bis in idem”	807
32	As infrações configuradoras de improbidade administrativa.....	807
33	A improbidade administrativa por enriquecimento ilícito (art. 9.º).....	807
33.1	A cláusula geral do <i>caput</i> do art. 9º	808
33.2	Atos de percepção de vantagens indevidas de terceiros	808
33.3	Atos de apropriação indevida de bens do erário	808
33.4	Atos em conflito de interesse	808
33.5	Atos evidenciadores de enriquecimento injustificado.....	808
33.6	O elemento subjetivo: dolo específico	809
34	A improbidade administrativa por prejuízo ao erário (art. 10)	809
34.1	Ainda a cláusula geral e o elenco exemplificativo.....	809
34.2	O resultado danoso integra a materialidade da infração.....	809
34.3	A questão do elemento subjetivo	810
35	A improbidade administrativa por atentado contra os princípios fundamentais (art. 11).....	810
35.1	A sistemática distinta em relação aos arts. 9º e 10.....	810
35.2	A violação ao princípio mediante conduta específica	810
35.3	A problemática dos princípios e das regras	810
35.4	As hipóteses dos incisos do art. 11	811

	35.5 O elemento subjetivo	811
	35.6 A questão do dano (§§ 1.º e 4.º do art. 11).....	811
36	As sanções imponíveis à improbidade administrativa.....	812
	36.1 A concentração processual de sanções de diversa natureza.....	812
	36.2 As sanções previstas na LIA.....	812
	36.3 A vedação à condenação cumulativa fundada em artigos diversos.....	813
37	A reforma introduzida pela Lei 14.230/2021 e a questão da retroatividade	814
38	A disciplina processual da ação de improbidade	814
	38.1 A ação de improbidade	814
	38.2 Legitimidade ativa privativa do Ministério Público.....	815
	38.3 Os requisitos da petição inicial.....	815
	38.4 A questão da medida liminar de indisponibilidade de bens	815
	38.5 A questão da competência em vista da prerrogativa de foro	816
39	Prescrição	817
	39.1 A prescrição da pretensão.....	817
	39.2 A suspensão do curso do prazo	817
	39.3 A interrupção da prescrição e a prescrição intercorrente	817
	39.4 A questão relativamente ao terceiro.....	818
	39.5 A imprescritibilidade da pretensão indenizatória.....	818
	39.6 A rejeição pelo STF à aplicação retroativa	818
40	A sentença condenatória por improbidade.....	818
	40.1 A indicação dos fundamentos e a vedação à presunção	818
	40.2 A implícita referência à LINDB.....	818
	40.3 A previsão implícita de nulidade.....	818
	40.4 A ausência de remessa necessária	818
41	O sancionamento do abuso de autoridade	818
	41.1 Os distintos regimes jurídicos dos diplomas legais	819
	41.2 A remessa à legislação genérica.....	819
	41.3 Algumas considerações a disciplina não penal do abuso de autoridade.....	819
42	A reclamação ao Supremo Tribunal Federal (ofensa a súmula vinculante).....	820
	42.1 A disciplina constitucional e infraconstitucional.....	820
	42.2 A súmula vinculante	820
	42.3 A violação a súmula vinculante.....	820
	42.4 A natureza jurídica da reclamação.....	821
	42.5 Outras hipóteses de tutela à competência do STF.....	822
43	O mandado de injunção.....	822
	43.1 A disciplina constitucional e infraconstitucional.....	822
	43.2 Pressupostos de cabimento do mandado de injunção.....	822
	43.3 Omissão frustradora de direitos fundamentais e garantias essenciais.....	822
	43.4 A questão da separação de poderes.....	822
	43.5 A eficácia do mandado de injunção	823
	43.6 A disciplina do art. 8.º da Lei 13.300/2016.....	823
	43.7 Mandado de injunção individual ou coletivo	823
	43.8 Interesse de agir	824
	43.9 Ainda o interesse: invocação de direito ou liberdade fundamental.....	824

43.10 Ainda o interesse: omissão na regulamentação.....	825
43.11 Ainda o interesse: liberdades e direitos prestacionais.....	825
44 O <i>habeas data</i>	826
44.1 Disciplina constitucional e infraconstitucional.....	826
44.2 Finalidades.....	826
44.3 Legitimidade ativa.....	827
44.4 Legitimidade passiva.....	827
44.5 Interesse de agir: direito subjetivo.....	827
44.6 A competência.....	828
44.7 O provimento jurisdicional.....	828

CAPÍTULO 19 – A RESPONSABILIDADE DO ESTADO 829

1 Considerações gerais.....	829
1.1 A responsabilidade como efeito de um dever jurídico.....	829
1.2 Responsabilidade patrimonial e não patrimonial.....	830
1.3 A responsabilidade do Estado e de seus agentes.....	830
1.4 Atuação sob regime de direito público e sob regime de direito privado.....	830
2 A responsabilidade administrativa do Estado.....	830
2.1 As implicações da soberania popular e da República.....	830
2.2 O regime jurídico.....	831
3 A responsabilidade civil do Estado.....	831
3.1 Estado de Direito e a submissão ao regime jurídico geral.....	831
3.2 A indenização por perdas e danos.....	831
3.3 A responsabilidade civil por dano moral.....	831
3.4 A imposição de prestações de fazer.....	831
3.5 A condição de “terceiro”.....	832
3.6 A questão do “terceiro” relativamente à fruição de serviço público.....	832
4 A responsabilização estatal por condutas de terceiros.....	832
5 A situação de sujeitos privados atuando como agentes públicos.....	832
6 A pluralidade de regimes jurídicos para a responsabilidade civil estatal.....	833
6.1 A distinção constitucional.....	833
6.2 A distinção entre responsabilidade contratual e extracontratual.....	833
7 Os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado.....	834
7.1 O evento danoso.....	834
7.2 Ação ou omissão imputável ao Estado.....	834
7.3 A relação de causalidade.....	834
8 A questão do elemento subjetivo reprovável.....	835
8.1 A responsabilidade civil objetiva.....	835
8.2 A insuficiência do enfoque.....	835
8.3 A objetivação da culpa.....	835
8.4 A relevância jurídica da controvérsia.....	836
8.5 O dever especial de diligência.....	837
9 As hipóteses de responsabilidade civil por omissão.....	837
9.1 O tratamento unitário para as ações e as omissões.....	838
9.2 A distinção entre ilícitos omissivos próprios e impróprios.....	838

9.3	A equiparação entre o ilícito omissivo próprio e o ilícito comissivo	838
9.4	As dificuldades do ilícito omissivo impróprio.....	839
10	A “exclusão” da responsabilidade civil do Estado	840
10.1	A culpa da vítima.....	840
10.2	A culpa de terceiro.....	841
10.3	O exercício regular de direito pelo agente estatal.....	841
10.4	O caso fortuito ou força maior.....	841
11	A questão da reserva do possível	842
12	A responsabilização civil do Estado por atos não administrativos.....	843
13	A responsabilidade civil do Estado por ato legislativo.....	843
13.1	A responsabilidade civil do Estado por lei inconstitucional.....	843
13.2	A responsabilidade civil por lei defeituosa.....	844
13.3	A responsabilidade civil do Estado por omissão legislativa.....	845
14	A responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais.....	845
15	A assunção pelo Estado de responsabilidade civil por atos a ele estranhos.....	845
16	A indenização devida.....	846
16.1	O conteúdo da responsabilidade civil por danos materiais	846
16.2	A responsabilidade civil por danos morais	846
17	A condenação da Fazenda Pública e sua execução (art. 100, CF/1988).....	847
17.1	A condenação transitada em julgado e sua liquidação.....	847
17.2	A expedição de um precatório requisitório.....	847
17.3	A inclusão da verba no orçamento do exercício subsequente.....	847
17.4	A execução para créditos de pequeno valor (art. 100, § 3.º, CF/1988).....	848
17.5	A observância da ordem cronológica e a liquidação da dívida	848
17.6	A ordem de pagamentos.....	848
17.7	Os desvios verificados.....	848
18	As reformas constitucionais e a disciplina defeituosa.....	849
18.1	A inconstitucionalidade de dispositivos da EC 30/2000.....	849
18.2	As alterações da EC 62/2009.....	850
18.3	As alterações da EC 94/2016.....	851
18.4	As alterações da EC 114/2021.....	851
19	A necessidade de enfrentamento das causas do problema.....	851
19.1	A produção permanente de ilícitos.....	851
19.2	A solução adequada: a cessação da prática de ilicitudes	852
19.3	As providências jurídicas de cunho preventivo	852
19.4	A atuação preventiva dos órgãos de controle	852
19.5	O enfoque amplo e abrangente.....	852
19.6	A determinação do art. 6.º da EC 114/2021	852
20	Acréscimos ao principal em virtude da demora da liquidação da indenização.....	852
20.1	Ainda a distinção entre obrigações de valor e de dinheiro	852
20.2	A correção monetária	853
20.3	Os juros	853
21	Juros compensatórios na indenização por desapropriação	853
21.1	Início do curso dos juros compensatórios.....	854
21.2	A evolução da disciplina sobre o percentual dos juros compensatórios	854
21.3	A cumulação de juros moratórios e compensatórios em desapropriação	855

22	A incidência de juros de mora.....	855
23	A disciplina sobre juros e correção monetária da Lei 11.960/2009.....	856
24	A responsabilização pessoal do agente estatal.....	856
24.1	A questão da legitimidade passiva na ação de indenização.....	857
24.2	A questão do elemento subjetivo	857
24.3	O dever de promover a ação de regresso	858
CAPÍTULO 20 – O DECURSO DO TEMPO E A CONSOLIDAÇÃO DE SITUAÇÕES		859
1	A distinção entre decadência e prescrição.....	859
1.1	A distinção entre direito material e direito de ação.....	859
1.2	A extinção por ausência de exercício tempestivo	860
1.3	A consumação da decadência e as suas implicações.....	860
1.4	A consumação da prescrição e as suas implicações	860
2	As distinções quanto ao regime jurídico.....	861
2.1	A questão da suspensão e da interrupção do prazo.....	861
2.2	A disciplina legal diversa	861
3	A autonomia dos prazos de decadência e de prescrição	861
4	A terminologia imprópria: figuras próximas.....	861
4.1	A irrelevância da terminologia	861
4.2	A chamada “prescrição administrativa”.....	862
5	A distinção entre preclusão, decadência e prescrição.....	862
5.1	A preclusão	862
5.2	A preclusão temporal e a decadência.....	862
5.3	A preclusão temporal e a prescrição.....	863
6	A decadência e a extinção de poder-dever da Administração	863
6.1	A distinção entre a competência em abstrato e em concreto	863
6.2	A permanência da competência em abstrato	863
6.3	A extinção do direito subjetivo-poder jurídico em concreto.....	863
6.4	A relevância mais intensa da decadência no direito administrativo	863
6.5	A disciplina da prescrição e seus efeitos sobre a decadência	864
6.6	O termo inicial do prazo decadencial.....	865
6.7	A suspensão ou interrupção do prazo durante o processo administrativo....	865
7	A regra geral do art. 54 da Lei 9.784/1999	866
7.1	A regra legal específica	866
7.2	A aplicação no âmbito de outras órbitas federativas.....	866
8	As regras específicas pertinentes a infrações.....	868
9	A prescrição da ação de titularidade do Estado.....	868
9.1	A regra geral sobre os prazos prescricionais.....	868
9.2	O art. 206, § 3.º, do Código Civil.....	868
9.3	A exceção do art. 37, § 5.º, da CF/1988	869
10	O regime extintivo no âmbito do Tribunal de Contas.....	870
10.1	Ainda a distinção entre prescrição de decadência.....	870
10.2	O entendimento quanto ao registro de aposentadoria.....	870
10.3	O entendimento quanto ao julgamento de prestação de contas	871
10.4	O entendimento quanto às pretensões ressarcitórias.....	871
10.5	A Resolução do TCU 344/2022.....	872

11	A prescrição da pretensão de titularidade da Administração.....	872
11.1	O princípio da “actio nata”.....	872
11.2	A distinção em face de controle objetivo e de controle subjetivo.....	873
11.3	A distinta eficácia das hipóteses.....	873
12	O eventual decurso concomitante de prazos de natureza distinta.....	873
13	A variação da disciplina normativa.....	874
13.1	A configuração da infração como crime.....	874
13.2	Outros dispositivos específicos.....	874
14	A extinção por prescrição intercorrente.....	874
14.1	O prazo para instauração do processo administrativo.....	874
14.2	A limitação da duração do processo administrativo.....	874
14.3	A chamada prescrição intercorrente.....	875
15	A extinção de direitos e poderes do particular.....	875
15.1	A extinção por decadência.....	875
15.2	A extinção por prescrição.....	876
15.3	A questão da desapropriação indireta.....	876
15.4	A questão da ação de reparação de danos.....	877
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	879
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	901